

Cultive o presente e
prepare o **futuro**

RELATÓRIO ANUAL
2015

APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

Cumprindo o que estabelece a Resolução N.º 13 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, de 1º de outubro de 2004, a Resolução N.º 23 do CGPC, de 23 de dezembro de 2006, a Instrução SPC N.º 21, de 07 de abril de 2008 e a Resolução N.º 02 do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, de 03 de março de 2011 aos dispositivos estatutários e regulamentares, a PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar apresenta, aos seus Participantes e às suas Patrocinadoras, o Relatório Anual das Atividades relativas ao exercício social de 2015, acompanhado das Demonstrações Contábeis e dos Pareceres do Atuário e dos Auditores Independentes e das Manifestações dos Conselhos Fiscal de Deliberativo.

ÓRGÃOS DIRETIVOS

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULAR

Brena Drumond Ribeiro
Carlos Alberto Vieira
Enio Luis Gonçalves
Euclides Antônio Backes
Gustavo Henrique Labanca Novo
Marcelo Cardoso Malta - Presidente
Neloir Paludo
Pedro Camacho dos Santos
Rubens José Nascimento

SUPLENTE

Rafael Maciel Strapazzon
-
Luiz Medeiros Paes
Jonathas Miguel Albano
Rodrigo Leite da Matta Machado
Marcio de Abreu Arruda
Leonardo Germano Depiné
Rogério Benjamin Schmitt
Adir Flavio Sviderskei

CONSELHO FISCAL

TITULAR

Guilherme Azevedo da Silva
Maria Elizabete Laurentino
Osmar Osmarino Bento - Presidente

SUPLENTE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Sônia Maria Besen Borges
Helder Walter

DIRETORIA EXECUTIVA

Celso Ribeiro de Souza
Ezequias Candido de Paula

Diretor Superintendente e Seguridade
Diretor Administrativo e Financeiro

MISSÃO

“Administrar planos de previdência, assegurando os benefícios contratados para contribuir com o bem estar dos participantes e seus dependentes”.

VISÃO

“Ser referência na administração de planos de previdência e no atendimento aos participantes e patrocinadoras”.

VALORES












Valores são referências sólidas que norteiam nossas atividades, orientando-nos em qualquer circunstância. A atitude e o comportamento de cada colaborador devem incorporar e expressar os valores básicos compartilhados na PREVIG, que são:

- » **Profissionalismo:** Valorizamos o profissionalismo para melhorar os serviços aos Participantes e Patrocinadoras.
- » **Espírito de Equipe:** Estimulamos o trabalho em equipe, o intercâmbio de experiências e o compartilhamento de conhecimentos para empreender, inovar e criar, visando reforçar a solidariedade e a sinergia.
- » **Criação de Valor:** Buscamos a criação de valor com foco no equilíbrio atuarial do plano e na excelência no atendimento ao Participante.
- » **Respeito ao Meio Ambiente:** Tratamos com dignidade, respeito, urbanidade e atenção todas as pessoas e respeitamos o Meio Ambiente, a fim de contribuir para a permanente melhoria da qualidade de vida.
- » **Comportamento Ético:** Agimos com probidade, honradez, retidão, dignidade, lealdade, decoro, veracidade, justiça e boa-fé. O compromisso com o comportamento ético assumido pela PREVIG visa garantir o seu êxito e a sua perenidade, sendo a expressão natural e norteadora de todos os valores anteriores, sempre respeitando os outros existentes.
- » **Cooperação:** Acreditamos no crescimento e fortalecimento das relações através da cooperação franca e duradoura, construída com base na confiança e perspectiva de longo prazo, para favorecer relações equilibradas e transparentes com os parceiros.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

	1. MENSAGEM DA DIRETORIA	06
	2. FATOS RELEVANTES – 2014	08
	3. SEGURIDADE	12
	3.1. Quadro de Participantes	14
	3.2. Receitas previdenciárias	15
	3.3. Benefícios pagos	15
	4. INVESTIMENTOS	17
	4.1. Demonstrativo de Investimentos	18
	4.1.1. Composição dos investimentos líquidos dos Planos de Benefícios	18
	4.1.2. Detalhamento dos investimentos	20
	4.1.3. Rentabilidade dos Planos de Benefícios	23
	4.1.4. Despesas com administração de investimentos	25
	4.2. Resumo da Política de Investimentos – 2013/2017	26
	4.2.1. Meta Atuarial / Índice de Referência	26
	4.2.2. Composição dos investimentos	26
	4.2.2.1. Composição dos investimentos do Plano BD	26
	4.2.2.2. Composição dos investimentos do PGA	27
	4.2.2.3. Composição dos investimentos do Plano BSPS	27
	4.2.2.4. Composição dos investimentos do Plano CD PURO	27
	4.2.3. Composição dos investimentos por Perfil - CD PURO	28
	4.2.3.1. Perfil Renda Fixa	28
	4.2.3.2. Perfil Mix I	28
	4.2.3.3. Perfil Mix II	28
	4.2.3.4. Perfil Mix III	29
	4.2.4. Política de Risco	29
	4.2.4.1. Risco de mercado	29
	4.2.4.2. Risco de crédito	30
	4.2.4.2.1. Limites por emissão e concentração	30
	4.2.4.2.2. Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	31
	4.2.4.3. Risco de liquidez	32
	4.2.4.4. Risco da exposição em derivativos	32
	4.2.4.5. Risco operacional	32
	4.2.4.6. Risco legal	32
	4.2.4.7. Risco sistêmico	33
	4.2.4.8. Risco atuarial	33
	5. CUSTEIO ADMINISTRATIVO	34
	5.1. Despesas administrativas	35
	5.2. Fontes de custeio	35
	6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	36
	Parecer Atuarial	43
	Parecer dos Auditores Independentes	61
	Manifestação do Conselho Fiscal	64
	Manifestação do conselho Deliberativo	66
	7. NOTAS EXPLICATIVAS	68



O cuidado que faz a diferença.

Preparar o futuro de cada participante é, para nós, como a transformação do trigo em pão. Não basta lançarmos as sementes ao solo e esperar que germinem, é preciso mãos habilidosas durante todo o processo para garantir o desfrute pleno.

A PREVIG, com 13 anos de experiência, mostrou amplo conhecimento do ambiente, as ferramentas necessárias e a equipe qualificada para melhor proporcionar o cenário ideal ao futuro de seus participantes.

Assim como o processo do cultivo do trigo representa a mudança do estado primitivo do plantio ao estado racional sobre o controle da natureza, a Previdência Complementar conduz a jornada dos participantes em direção de uma aposentadoria bem sucedida de forma consciente.

Os números apresentados pela PREVIG comprovam esta teoria: transformamos investimentos individuais de 2.817 participantes em um patrimônio de 1.066 bilhões em 2015. Estamos trabalhando de forma atenta a qualquer intempérie, sendo capazes de driblar e transformar nossa colheita com muito sucesso.

Vamos trabalhar no processo de transformação por um futuro ainda melhor para toda a sociedade e, em especial, para nossos participantes, contando por mais um ano com o apoio dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, Comitê de Investimentos, Patrocinadoras e Colaboradores da PREVIG.

A direção



Saiba o que foi destaque na PREVIG em 2015:

Patrimônio: Em 2015, a soma dos patrimônios dos planos de previdência complementar administrados pela Entidade superou R\$ 1 bilhão, o que fez a PREVIG passar de médio para grande porte.

Contato com o Participante: Os Participantes da PREVIG receberam palestras presenciais e videoconferências com a apresentação dos resultados dos investimentos obtidos em 2014.

Viva a aposentadoria: A PREVIG esteve presente em mais uma edição do Programa "Viva a Aposentadoria", promovido pela Patrocinadora Tractebel Energia, que é destinado aos futuros aposentados, e explica sobre as possibilidades pós-carreira e os procedimentos para requerer o benefício junto a PREVIG.

Palestra nas Usinas: A PREVIG participou do ciclo de palestras promovido pela Tractebel em suas Usinas, com o tema "Aposentadoria Especial e as novas regras da aposentadoria do INSS" entre novembro e dezembro de 2015. Os encontros tiveram o objetivo de informar as novas regras de aposentadoria do INSS e prestar esclarecimentos sobre os cálculos de migração do Plano BD para o Plano CD, ocorrido em 2005.

Pampa Sul: Em julho de 2015 a Usina Termoelétrica Miroel Wolowski - Pampa Sul, tornou-se Patrocinadora do Plano de Benefícios PrevFlex, da PREVIG.

Mais Participantes: Em 2015, 199 Participantes aderiram ao Plano CD - o que equivale a 8,4% do total de Participantes deste Plano.

Concessão de benefícios: No ano que passou foram concedidos 25 benefícios, destes, 19 foram aposentadorias pelo Plano CD, uma pelo Plano BD e cinco pensões por morte.

Rentabilidade positiva: O resultado consolidado dos Investimentos PREVIG em 2015 foi de 14,15%, contra um CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) de 13,23%.

Melhoria para os investimentos: A PREVIG realizou um estudo técnico econômico-financeiro, por meio do casamento do fluxo do passivo atuarial com os ativos financeiros, que teve como objetivo realizar a melhor alocação dos investimentos da Entidade.



Conselheiros certificados: Em 2015, 12 Conselheiros da Entidade foram certificados pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS), que é a entidade que certifica os profissionais que trabalham com Fundos de Pensão, como a PREVIG. Todos os Dirigentes e componentes dos Comitês de Investimento e Ética da Entidade já estão certificados.

SEGURIDADE



SEGURIDADE



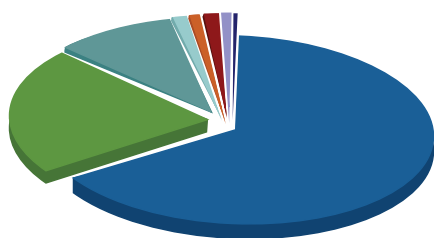
3.1 Quadro de Participantes

A PREVIG encerrou o exercício de 2015 com 2.817 Participantes, sendo que destes 22,75% recebem benefício dos Planos administrados pela Previg. No período ocorreram 199 novas inscrições e 156 desligamentos do quadro de Participantes.

Participantes por Situação – 31/12/2015

Situação/Plano	BD	CD	TOTAL
ATIVOS (*)	9	2.028	2.037
AUTOPATROCINADORES	0	88	88
BPD	9	42	51
APOSENTADOS	387	201	588
PENSIONISTAS	41	12	53
TOTAL	446	2.371	2.817

Participantes por Patrocinadora – 31/12/2015



Tractebel Energia 1.786	PREVIG 43
LEME Engenharia 552	PAMPASUL 24
Energia Sustentável do Brasil 338	Elosaúde 18
GDF SUEZ Latin América 32	
GDF SUEZ Energy Brasil 24	

3.2 Receitas previdenciárias

As receitas previdenciárias da PREVIG em 2015 somaram R\$ 46.257 mil, sendo 48,71% relativas às contribuições de Patrocinadoras, 51,29% relativas às contribuições de Participantes (ativos e assistidos).

Composição das Receitas Previdenciárias - 2015

Descrição	R\$ mil	%
Contribuições de Patrocinadoras	22.531	48,71
Contribuições Normais	10.135	21,91
Antecipação Aposentadoria	2.695	5,83
Contribuições Extraordinárias	9.701	20,97
Contribuições de Participantes	23.726	51,29
Contribuições Normais Ativos + Autopatrocinados	12.381	26,77
Contribuições Normais de Assistidos	1.266	2,74
Contribuições Extraordinárias	9.780	21,14
Portabilidade (entrada)	299	0,64
TOTAL	46.257	100,00

3.3 Benefícios pagos

A folha de pagamento dos benefícios dos Planos (BD e CD) atingiu, em 2015, R\$ 40.643 mil, sendo 87,08% relativas às aposentadorias programadas, 4,46% referente às aposentadorias por invalidez, 5,20 % referente ao pagamento de pensão por morte e 3,26 % referente à renda parcelada. Foram 7.588 complementações de benefícios pagas no exercício, resultando numa complementação média da ordem de R\$ 5.181,43.

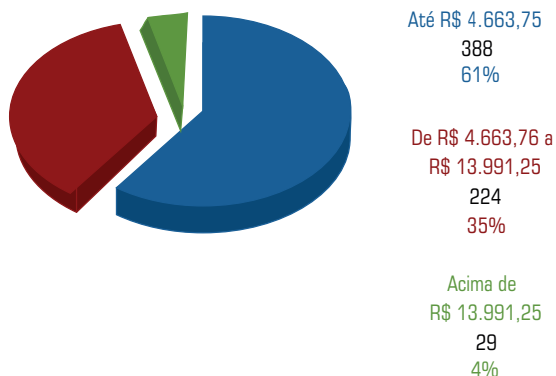
Além dessas complementações, a PREVIG pagou R\$ 4.040 mil à título de resgates de contribuições a 156 Participantes que se desligaram do Plano e R\$ 594 mil à título de portabilidade a 8 Participantes.

Composição dos Benefícios Pagos - 2015

Descrição	R\$ mil	%
Benefícios do Plano	40.643	100,00
Aposentadoria programada	35.393	87,08
Aposentadoria por invalidez	1.812	4,46
Pensão por morte	2.112	5,20
Renda parcelada	1.326	3,26
Institutos	4.634	
Resgate de contribuições	4.040	
Portabilidade (saída)	594	
TOTAL	45.277	100,00

A PREVIG encerrou o exercício de 2015 com 641 Participantes assistidos, dos quais 529 aposentados por tempo de serviço, 57 por invalidez, 2 por idade e 53 pensionistas. Em termos de valor, a maior frequência, 61 %, verifica-se na faixa de complementação de benefícios que vai até o valor de um teto de benefício da Previdência Social (R\$ 4.663,75 (em dezembro/2015)).

Complementação de Benefício por Faixa de Renda – 31/12/2015



INVESTIMENTOS



4.1 Demonstrativo de Investimentos

4.1.1 Composição dos investimentos líquidos dos Planos de Benefícios

No consolidado de 2015 a PREVIG obteve um crescimento patrimonial de 14,44%, passando de R\$ 931.615 mil no final de 2014 para R\$ 1.066.136 mil em 31/12/2015. A composição desses investimentos por Planos de Benefícios (no caso do Plano CD, por perfis de investimentos), está demonstrada na tabela a seguir:

SEGMENTOS	PLANO BD				PLANO CD			
	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	285.986	97,65	260.815	97,33	728.452	94,72	583.760	88,41
Estruturados	-	0,00	-	0,00	2.262	0,29	15.831	2,40
Renda Variável	1.623	0,55	2.330	0,87	20.804	2,71	44.733	6,77
Empréstimos	5.262	1,80	4.820	1,80	17.553	2,28	15.963	2,42
Disponível	7	0,00	2	0,00	17	0,00	15	0,00
Total	292.878	100,00	267.967	100,00	769.088	100,00	660.302	100,00

PGA			
DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%
4.162	99,81	3.338	99,76
-	0,00	-	0,00
-	0,00	-	0,00
-	0,00	-	0,00
8	0,19	8	0,24
4.170	100,00	3.346	100,00

SEGMENTOS	PERFIL RF				PERFIL MIX I			
	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	435.108	97,27	265.379	96,98	139.177	94,66	139.726	86,37
Estruturados	1.028	0,23	1.031	0,38	714	0,49	7.337	4,54
Renda Variável	-	0,00	-	0,00	3.443	2,34	10.395	6,43
Empréstimos	11.172	2,50	7.236	2,64	3.693	2,51	4.326	2,66
Disponível	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Total	447.308	100,00	273.646	100,00	147.027	100,00	161.784	100,00

INVESTIMENTOS



SEGMENTOS	PERFIL MIX II				PERFIL MIX III			
	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	55.434	84,66	69.886	76,37	31.011	74,66	48.487	66,37
Estruturados	318	0,49	4.150	4,54	202	0,49	3.313	4,54
Renda Variável	8.081	12,34	15.032	16,43	9.280	22,34	19.306	26,43
Empréstimos	1.645	2,51	2.447	2,66	1.043	2,51	1.954	2,66
Disponível	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Total	65.478	100,00	91.515	100,00	41.536	100,00	73.060	100,00

SEGMENTOS	BSPS			
	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	67.722	99,98	60.282	99,98
Estruturados	-	0,00	-	0,00
Renda Variável	-	0,00	-	0,00
Empréstimos	-	0,00	-	0,00
Disponível	17	0,02	15	0,02
Total	67.739	100,00	60.297	100,00

SEGMENTOS	PREVIG CONSOLIDADO			
	DEZ/15 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	1.018.600	95,55	847.913	91,02
Estruturados	2.262	0,21	15.831	1,70
Renda Variável	22.427	2,10	47.063	5,05
Empréstimos	22.815	2,14	20.783	2,23
Disponível	32	0,00	25	0,00
Total	1.066.136	100,00	931.615	100,00

4.1.2 Detalhamento dos investimentos

O portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIG está investido em ativos diretos e em fundos de investimentos administrados por gestores externos. As tabelas a seguir demonstram o detalhamento dos investimentos da Entidade conforme as regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos.

PLANO BD	DEZ/15 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO INTERNA	282.649	96,51
RENTA FIXA	277.380	94,71
TÍTULOS PÚBLICOS	277.380	94,71
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (indexado ao IPCA)	277.380	94,71
Vencimento em 15/08/2016 - IPCA + 4,96% a.a.	11.401	3,89
Vencimento em 15/05/2017 - IPCA + 5,12% a.a.	11.300	3,86
Vencimento em 15/08/2018 - IPCA + 2,73% a.a.	12.229	4,18
Vencimento em 15/08/2020 - IPCA + 6,40% a.a.	4.148	1,42
Vencimento em 15/08/2020 - IPCA + 6,37% a.a.	18.876	6,44
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 8,80% a.a.	10.427	3,56
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 7,89% a.a.	16.012	5,47
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 7,20% a.a.	10.137	3,46
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,26% a.a.	32.169	10,98
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 5,97% a.a.	997	0,34
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,88% a.a.	7.345	2,51
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,97% a.a.	4.940	1,69
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,56% a.a.	6.997	2,39
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,02% a.a.	7.153	2,44
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 4,81% a.a.	17.909	6,11
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,26% a.a.	26.600	9,08
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,94% a.a.	1.779	0,61
Vencimento em 15/05/2045 - IPCA + 7,65% a.a.	17.135	5,85
Vencimento em 15/05/2045 - IPCA + 6,99% a.a.	2.220	0,76
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,27% a.a.	8.493	2,90
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,02% a.a.	3.401	1,16
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 4,47% a.a.	45.712	15,61
EMPRÉSTIMOS	5.262	1,80
PEE - INPC + 10,00% a.a.	5.262	1,80
DISPONÍVEL	7	0,00
Saldo Banco do Brasil	7	0,00

(continua na página seguinte)

(continuação)

PLANO BD	DEZ/15 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO TERCEIRIZADA	10.229	3,49
RENDA FIXA	8.606	2,94
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	8.606	2,94
FI ITAÚ Soberano Referenciado DI - ITAÚ - UNIBANCO	8.573	2,93
FIDC BVA MASTER III - Multisetorial - CITIBANK (1)	33	0,01
RENDA VARIÁVEL	1.623	0,55
FIA Fator Sinergia IV - FATOR	400	0,13
FIA Sul América Tarpon Governança I - SULAMÉRICA	1.223	0,42
PATRIMÔNIO TOTAL	292.878	100,00

(1) Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

PLANO CD	DEZ/15 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO INTERNA	201.115	26,15
RENDA FIXA	183.545	23,87
TÍTULOS PÚBLICOS	115.530	15,02
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (indexado ao IPCA)	115.530	15,02
Vencimento em 15/08/2020 - Título marcado a mercado	13.538	1,76
Vencimento em 15/08/2022 - Título marcado a mercado	39.827	5,18
Vencimento em 15/08/2016 - IPCA + 4,96% a.a.	1.140	0,15
Vencimento em 15/05/2017 - IPCA + 5,12% a.a.	1.272	0,17
Vencimento em 15/08/2018 - IPCA + 2,79% a.a.	1.526	0,20
Vencimento em 15/05/2019 - IPCA + 6,09% a.a.	976	0,13
Vencimento em 15/05/2019 - IPCA + 5,66% a.a.	424	0,06
Vencimento em 15/08/2022 - IPCA + 3,27% a.a.	6.872	0,89
Vencimento em 15/05/2023 - IPCA + 5,92% a.a.	1.124	0,15
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 5,48% a.a.	6.160	0,80
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 4,26% a.a.	6.697	0,87
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 5,97% a.a.	3.274	0,43
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,88% a.a.	3.410	0,44
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 4,81% a.a.	6.247	0,81
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 4,44% a.a.	6.769	0,88
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,94% a.a.	8.770	1,14
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 4,50% a.a.	6.754	0,88
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,97% a.a.	750	0,08

(continua na página seguinte)

INVESTIMENTOS



(continuação)

PLANO CD	DEZ/15 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
TÍTULOS PRIVADOS	68.015	8,85
Debêntures	31.422	4,09
BNDSPAR - Vencimento em 15/01/2017 + IPCA + 6,30% a.a.	8.891	1,15
DUKE - Vencimento em 20/05/2021 + IPCA + 7,01% a.a.	11.437	1,49
TEPE - Vencimento em 15/02/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	3.118	0,41
TEPE - Vencimento em 15/05/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	3.050	0,40
TEPE - Vencimento em 15/08/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	2.887	0,38
TEPE - Vencimento em 15/11/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	2.038	0,26
Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC	36.593	4,76
BICBANCO - Vencimento em 27/04/2016 - IPCA + 8,35% a.a.	19.812	2,58
DPGE MERCANTIL - Vencimento em 08/02/2017 - IPCA + 6,70% a.a.	16.781	2,18
EMPRÉSTIMOS	17.553	2,28
PEE - INPC + 10,00% a.a.	17.553	2,28
DISPONÍVEL	17	0,00
Saldo Banco do Brasil	17	0,00
GESTÃO TERCEIRIZADA	567.973	73,85
RENDA FIXA	544.907	70,85
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	544.900	70,85
F1 Netuno Multimercado - VOTORANTIM	520.331	67,66
FIC FIM BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado - BRZ	6.416	0,83
FIM PLURAL Institucional - PLURAL	14.847	1,93
FIDC MASTER III - Multisetorial - CITIBANK (1)	65	0,01
FIDC VINCI Crédito e desenvolvimento - CEF (1)	3.241	0,42
VALORES A RECEBER/PAGAR E TESOURARIA	7	0,00
Saldo em tesouraria	7	0,00
ESTRUTURADOS	2.262	0,29
FII Rio Bravo The One - RIO BRAVO	2.262	0,29
RENDA VARIÁVEL	20.804	2,71
FIA BNY Mellon Arx Income - BNY MELLON ARX	945	0,12
FIA QUEST Small Caps - QUEST	474	0,06
FIA Fator Sinergia IV - FATOR	1.187	0,15
FIA Sul América Tarpon Governança I - SULAMÉRICA	3.058	0,40
FIA Bradesco Vale - BRADESCO	186	0,02
FIA Sul América Expertise I - SULAMÉRICA	2.766	0,36
FIA Sul América Expertise II - SULAMÉRICA	2.064	0,27
FIA Vinci Gas Valor SMLL - VINCI	3.338	0,43
FIA Vinci Gas Dividendos -VINCI	4.663	0,61
FIC FIA Ibiuna Equities - IBIUNA	2.123	0,29
PATRIMÔNIO TOTAL	769.088	100,00

(1) Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

PGA	DEZ/15 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO TERCEIRIZADA	4.162	99,81
RENTA FIXA	4.162	99,81
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	4.162	99,81
FI ITAÚ Soberano Referenciado DI - ITAÚ - UNIBANCO	4.162	99,81
DISPONÍVEL	8	0,19
Saldo Banco do Brasil	6	0,15
Fundo Fixo	2	0,04
PATRIMÔNIO TOTAL	4.170	100,00

4.1.3 Rentabilidade dos Planos de Benefícios

A rentabilidade acumulada do Plano BD no encerramento do ano de 2015 foi de 16,92%, equivalente a 96,21% da meta atuarial (*).

O Plano CD (inclusive BSPS) rentabilizou 13,07% no acumulado ano, o que equivale a 98,78% da taxa SELIC, índice de referência do Plano. A rentabilidade dos segmentos de aplicação, Perfis de Investimentos e Planos de Benefícios é calculada pelo método de cotas diárias. Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento.

(*) INPC + 5,67% a.a.

PLANOS/SEGMENTOS	BENCHMARK	RENTABILIDADE	
		2015	Relativo ao Benchmark
PLANO BD	INPC + 5,67% a.a.	16,92%	96,21%
Renda Fixa	INPC + 5,67% a.a.	17,10%	97,22%
Renda Variável	Ibovespa	-13,99%	105,07%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	21,06%	117,30%
PLANO CD	100% da SELIC	13,07%	98,78%
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	14,15%	117,90%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	14,32%	79,78%
Renda Variável	Ibovespa	-12,30%	92,38%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	21,84%	121,67%

INVESTIMENTOS



PERFIS/SEGMENTOS	BENCHMARK	RENTABILIDADE	
		2015	Relativo ao Benchmark
PERFIL RF		14,13%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	13,95%	116,22%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	10,37%	57,75%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	21,84%	121,67%
PERFIL MIX I		12,87%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	13,95%	116,22%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	14,32%	79,78%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	21,84%	121,67%
Renda Variável	Ibovespa	-12,30%	92,38%
PERFIL MIX II		10,05%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	13,95%	116,22%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	14,32%	79,78%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	21,84%	121,67%
Renda Variável	Ibovespa	-12,30%	92,38%
PERFIL MIX III		7,29%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	13,95%	116,22%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	14,32%	79,78%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	21,84%	121,67%
Renda Variável	Ibovespa	-12,30%	92,38%
BSPS	INPC + 5,00% a.a.	16,00%	94,99%
Renda Fixa	INPC + 5,00% a.a.	16,00%	94,99%

BENCHMARK	2015
INPC + 5,67% a.a.	17,59%
INPC + 5,00% a.a.	16,84%
INPC + 6,00% a.a.	17,95%
100% da SELIC	13,23%
70%SELIC / 30% IMA-B	12,00%
Ibovespa	-13,31%

4.1.4 Despesas com administração de investimentos

As despesas com a gestão externa de investimentos do Plano CD custeadas pela própria rentabilidade do Plano (não contempladas nas despesas administrativas) atingiram, em 2015, R\$ 238 mil, conforme demonstrada na tabela abaixo.

GESTÃO EXTERNA DE INVESTIMENTOS	PLANO CD DEZ/2014 (R\$ mil)
ANBID	6
AUDITORIA	6
CETIP	24
SELIC	11
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO BRUTA	85
TAXA DE CUSTÓDIA	73
TX.FISC.CVM DIFERIMENTO Fls E FIAs	33
TOTAL	238
TOTAL DOS INVESTIMENTOS (R\$ mil)	769.088
% SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,03%



4.2 Resumo das Políticas de Investimentos – 2016/2020

Este resumo apresenta os principais aspectos das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIC, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 15/12/2015. As diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos estão embasadas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 – legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e em suas alterações subsequentes. Adicionalmente, as estruturas de gestão e regras de controle ora estabelecidas estão em conformidade com o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

1.2.1 Meta atuarial / Índice de Referência

Plano BD

Meta atuarial: INPC + 5,6% ao ano

Plano CD

Índice de Referência: Taxa SELIC

4.2.2 Composição dos investimentos

A legislação subdivide os investimentos em segmentos de: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior e investimentos em imóveis. O segmento de investimentos estruturados engloba fundos de investimento em participações, fundos de investimento em empresas emergentes, fundos de investimento imobiliário e fundos de investimento classificados como multimercado, cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As tabelas a seguir apresentam a alocação estratégica dos planos em questão, os limites de alocação e os parâmetros de rentabilidade. Com base na Resolução CMN nº 3.792, apresentam-se os parâmetros por segmento de aplicação. As modalidades de investimento são definidas pela própria Entidade, e detalhadas mais adiante.

4.2.2.1 Composição dos investimentos do Plano BD

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	98,20	95,00	100,00
Segmento de Renda Variável	0,00	0,00	5,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	0,00	7,50
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FI)	0,00	0,00	0,50
Multimercados Estruturados	0,00	0,00	5,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	1,80	0,00	5,00

4.2.2.2 Composição dos investimentos do PGA

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	100,00	79,50	100,00
Segmento de Renda Variável	0,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00

4.2.2.3 Composição dos investimentos do Plano CD BSPS

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	100,00	82,50	100,00
Segmento de Renda Variável	0,00	0,00	7,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	0,00	5,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	0,00
Fundos Imobiliários (FII)	0,00	0,00	0,00
Multimercados Estruturados	0,00	0,00	5,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	0,00	0,00	5,00

4.2.2.4 Composição dos investimentos do Plano CD PURO

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	91,50	47,50	100,00
Segmento de Renda Variável	5,00	0,00	30,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,50	0,00	17,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FII)	0,50	0,00	5,00
Multimercados Estruturados	0,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,00	0,00	5,00



4.2.3 Composição dos investimentos por Perfil - CD PURO

4.2.3.1 Perfil Renda Fixa

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	96,00	81,50	100,00
Segmento de Renda Variável	0,00	0,00	0,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,50	0,00	13,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	0,00
Fundos Imobiliários (FII)	0,50	0,00	3,00
Multimercados Estruturados	0,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,50	0,00	5,00

4.2.3.2 Perfil Mix I

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	91,00	58,00	100,00
Segmento de Renda Variável	5,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,50	0,00	15,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FII)	0,50	0,00	5,00
Multimercados Estruturados	0,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,50	0,00	5,00

4.2.3.3 Perfil Mix II

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	81,00	59,50	90,00
Segmento de Renda Variável	15,00	10,00	20,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,50	0,00	15,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FII)	0,50	0,00	3,00
Multimercados Estruturados	0,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,50	0,00	5,00

4.2.3.4 Perfil Mix III

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	71,00	49,50	80,00
Segmento de Renda Variável	25,00	20,00	30,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,50	0,00	15,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FI)	0,50	0,00	5,00
Multimercados Estruturados	0,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,50	0,00	5,00

4.2.4 Política de Risco

A Resolução CMN nº 3792 estabelece, em seu capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, a necessidade de identificação e de controle dos riscos incorridos pelas EFPCs. Em conformidade com tal necessidade, esse capítulo estabelece os procedimentos a serem seguidos ao longo da vigência dessa Política de Investimentos quanto a esse quesito. É importante ressaltar que, no caso dos recursos administrados por terceiros, o gestor é responsável pelo controle dos riscos das operações, a todo o momento. Devem ser monitorados, no mínimo, os riscos aqui estabelecidos. Na eventualidade de os limites serem desrespeitados, a Entidade deve ser comunicada formalmente. Além desse controle, os limites de risco aqui estabelecidos serão monitorados pela própria Entidade, que zelará pelo cumprimento dos mesmos e tomará as medidas adequadas caso sejam verificadas extrapolações aos limites estabelecidos.

4.2.4.1 Risco de mercado

De acordo com o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as EFPCs devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Com o objetivo de monitorar as probabilidades de perda, e também de estimar as possíveis diferenças entre o retorno de seus investimentos e o retorno previsto para os mesmos, serão utilizados:

- VaR: modelo que estima, com determinado nível de confiança, a perda máxima esperada para um determinado portfólio, em um intervalo de tempo pré-estabelecido;
- B-VaR: modelo que estima, com determinado nível de confiança, a perda máxima esperada, em relação a um benchmark, para um determinado portfólio, em um intervalo de tempo pré-estabelecido.

Tanto os modelos citados como sua parametrização foram definidos com o rigor técnico necessário para tanto. Entretanto, tais modelos carregam consigo as possíveis imprecisões de modelos estatísticos em geral – motivo pelo qual os resultados devem ser analisados com diligência, por especialistas no assunto.

4.2.4.2 Risco de crédito

O risco de crédito dos investimentos do plano será avaliado com base em estudos e análises produzidos pela própria Entidade ou contratados junto a prestadores de serviço. Além disso, a Entidade utilizará para essa avaliação os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Todas as operações com títulos de crédito privado serão enquadradas como Grau de Investimento ou Grau Especulativo e estarão limitados aos percentuais indicados na tabela a seguir:

Categoria De Risco	Limite
Grau de investimento + Grau especulativo	80%
Grau especulativo	5%

O limite estabelecido para alocação em títulos enquadrados como grau especulativo tem como principal objetivo permitir que sejam mantidos na carteira ativos que sofreram rebaixamento de rating, mas que não apresentam risco iminente de default, que tenham liquidez restrita demais para serem revendidos ou eventuais títulos presentes em fundos de investimentos condominiais (não-exclusivos).

O enquadramento dos títulos de crédito privado como Grau de Investimento ou Grau Especulativo leva em consideração as características do emissor e o instrumento de crédito.

Com base nessas regras, serão enquadrados como Grau de Investimento os títulos de crédito privado que tiverem, no mínimo, os ratings apresentados na tabela a seguir:

Agência de classificação	Instituições financeiras (ex-DPGE)		Instituições não financeiras	
	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo
Standard &Poors	brA-	brA-3	brA-	brA-3
Moody's	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3
Fitch Ratings	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)

4.2.4.2.1 Limites por emissão e concentração

Concentração por Emissor		
Emissor	Mínimo	Máximo
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%
Instituição Financeira	0,00%	10,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	vedado	vedado
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%
Organismo Multilateral	0,00%	2,50%
Companhia Securitizadora	0,00%	2,50%
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%
FIDC / FIC FIDC	0,00%	2,50%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de cia Aberta	0,00%	5,00%
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	0,00%	5,00%
F/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	5,00%

Concentração por Emissor		
Emissor	Mínimo %	Máximo %
% do Capital Votante de uma mesma Cia Aberta	0,00	25,00
% do Capital Total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0,00	25,00
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00	25,00
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00
% do PL de Fundo de Investimentos Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	10,00
% do PL de FI ou FICFI de Dívida Externa classificados como Investimentos no Exterior	0,00	10,00
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00	10,00
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	10,00

Concentração por Investimento		
Investimento	Mínimo %	Máximo %
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	25,00

4.2.4.2.2 Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE

Ficam excepcionados dos limites supracitados os ativos financeiros que possuem garantia de liquidação do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, regulamentados pela Resolução nº 3.692 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de março de 2009, desde que não ultrapasse os limites estabelecidos na Resolução CMN 3.792.

O valor projetado da operação no seu vencimento, utilizando-se como premissa o Relatório Focus do Banco Central, não poderá ultrapassar o limite máximo garantido pelo FGC, para uma mesma Instituição Financeira ou para todas as Instituições de um mesmo conglomerado financeiro.

O somatório dos investimentos nestes ativos não pode ultrapassar 40% do total dos recursos garantidores do Plano de Benefícios.



4.2.4.3 Risco de liquidez

Para controle de risco de liquidez, serão consideradas as diversas possibilidades de interferência da liquidez dos ativos nos compromissos assumidos pelo plano, a saber:

- Prazo de resgate dos recursos investidos em fundos de investimentos;
- Liquidez em mercado dos demais ativos integrantes da carteira de investimentos da Entidade;
- Recursos de liquidez imediata e fluxo de recebimentos para fazer frente às obrigações assumidas pelo plano de benefícios.

No sentido de melhor adequar a carteira de investimentos ao perfil das obrigações do Plano de Benefícios, a PREVIG deverá manter acompanhamento do casamento entre ativos e passivos, considerando-se cenários de stress de mercado. No Plano BD a PREVIG elabora anualmente um estudo de ALM (Asset Liability Management) e implementa os ajustes indicados com o objetivo de minimizar o risco de iliquidez e de déficit no plano.

4.2.4.4 Risco da exposição em derivativos

O risco da exposição em derivativos pode ser considerado como parte integrante do risco de mercado, e será avaliado e controlado dessa forma. Como a legislação exige que os derivativos sejam negociados somente na modalidade com garantia, o risco de crédito que esses instrumentos envolvem é mitigado. Além disso, serão respeitados os limites de margem de garantia e de prêmio de opções estabelecidos pela legislação em vigor.

4.2.4.5 Risco operacional

Para gestão do risco operacional, foram estabelecidos procedimentos que visam a mapear as rotinas de trabalho e promover a adoção das melhores práticas de governança, em linha com o que estabelece o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão.

Esses procedimentos são constantemente avaliados e buscam mitigar os riscos decorrentes de controles inadequados, de falhas de gerenciamento e de erros humanos.

Dentre os esforços para reduzir os riscos operacionais decorrentes de erros humanos, cabe destacar o plano de certificação dos profissionais envolvidos no processo de tomada de decisão dos investimentos, que vem sendo executado em conformidade com a legislação aplicável.

4.2.4.6 Risco legal

Alguns trabalhos acerca do risco legal definem que ele pode ser subdividido em pelo menos três dimensões:

- Perdas decorrentes da violação de regras e da legislação aplicável;
- Perdas decorrentes de falta de clareza, imprecisão ou insuficiência de informações nos contratos;
- Perdas decorrentes de erros na aplicação da lei;
- Perdas decorrentes da criação de novos tributos.

4.2.4.7 Risco Sistemico

O risco sistêmico pode ser entendido como a possibilidade da quebra em cadeia das instituições que compõem o sistema financeiro, de forma a concretizar um cenário catastrófico. Como esse risco é decorrente das interligações e interdependências entre os agentes do mercado de capitais, as estratégias de controle de riscos mais usuais se mostram pouco eficientes contra esse tipo de risco. Ainda assim, com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sistêmico, o plano manterá parte significativa dos recursos em títulos soberanos e buscará priorizar o investimento em títulos e valores mobiliários que disponham de garantias.

4.2.4.8 Risco Atuarial

O risco atuarial nos fundos de pensão está relacionado aos compromissos presentes e futuros da instituição para com seus participantes. No caso da parcela de benefício suplementar proporcional saldado, esses compromissos são representados pelo benefício previdenciário da entidade junto ao participante. Cabe, portanto, à PREVIG assegurar que os investimentos tenham a rentabilidade e liquidez adequadas ao cumprimento das obrigações previdenciárias assumidas junto aos participantes.

Nesse contexto, a gestão do risco atuarial será feita através da realização de avaliações atuariais do plano de benefícios, que serão realizadas pelo menos uma vez por ano.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO



5.1 Despesas Administrativas

As despesas administrativas da PREVIG atingiram R\$ 7.050 mil no exercício de 2015. A distribuição das despesas por Plano de Gestão Administrativa encontra-se na tabela abaixo:

Despesas Administrativas (R\$ mil)	PGA BD	PGA CD (BSPS)	PGA CD (Puro)	Consolidado
Gestao Previdencial	1.321	300	3.619	5.240
Pessoal e Encargos	783	199	2.260	3.242
Treinamentos e Viagens	25	5	75	105
Serviços de Terceiros	286	47	562	895
Despesas Gerais	85	17	275	377
Tributos	87	18	286	391
Depreciações e Amortizações	55	12	141	208
Outras Desp. - Adm. previdencial	-	2	20	22
Investimentos	920	153	737	1.810
Pessoal e Encargos	485	73	355	913
Treinamentos e Viagens	15	3	6	24
Serviços de Terceiros	229	43	300	572
Despesas Gerais	120	19	69	208
Tributos	55	12	-	67
Depreciações E Amortizações	16	3	7	26
Total Geral	2.241	453	4.356	7.050

5.2 Fontes de custeio

As fontes de custeio para o financiamento das despesas administrativas da PREVIG atingiram R\$ 7.711 mil no exercício de 2015. Sua distribuição por Plano de Gestão Administrativa encontra-se na tabela abaixo:

Fonte (R\$ mil)	PGA BD	PGA CD (BSPS)	PGA CD (Puro)	Total	Partic %
Patrocinadoras	1.322	300	2.858	4.480	58%
Participantes	-	-	1.495	1.495	19%
Taxa Administração s/Empréstimos	24	-	77	101	1%
Rentabilidade do Plano	1.037	545	-	1.582	21%
Outras Receitas Administrativas	53	-	-	53	1%
Total	2.436	845	4.430	7.711	100%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



I - BALANÇO PATRIMONIAL - Consolidado

(Em milhares de reais)

Ativo	2015	2014	Passivo	2015	2014
DISPONÍVEL	39	51	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.037	1.681
REALIZÁVEL	1.089.471	955.320	Gestão Previdencial	797	581
Gestão Previdencial	21.330	21.821	Gestão Administrativa	1.240	1.100
Gestão Administrativa	477	445	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.892	3.155
Investimentos	1.067.664	933.054	Gestão Previdencial	1.265	1.665
Títulos Públicos	392.910	338.048	Gestão Administrativa	60	-
Créditos Privados e Depósitos	68.015	103.142	Investimentos	1.567	1.490
Fundos de Investimento	582.357	469.591	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.085.204	951.247
Empréstimos	22.815	20.783	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.078.192	945.437
Depósitos Judiciais/Recurais	1.567	1.490	Provisões Matemáticas	1.079.635	945.522
PERMANENTE	623	712	Benefícios Concedidos	518.559	452.373
Imobilizado	620	665	Benefícios a Conceder	561.076	493.149
Intangível	3	47	Equilíbrio Técnico	(1.443)	(85)
			Resultados Realizados	(1.443)	(85)
			Superávit Técnico Acumulado	(1.443)	(85)
			Fundos	7.012	5.810
			Fundos Previdenciais	1.529	1.139
			Fundos Administrativos	4.055	3.464
			Fundos dos Investimentos	1.428	1.207
TOTAL DO ATIVO	1.090.133	956.083	TOTAL DO PASSIVO	1.090.133	956.083

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - Consolidado

(Em milhares de reais)

Descrição	2015	2014	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	951.247	854.826	11
1. Adições	187.853	143.558	31
Contribuições Previdenciais	49.612	44.317	12
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	130.309	91.862	42
Receitas Administrativas	7.202	6.922	4
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	509	309	65
Constituição de Fundos de Investimentos	221	148	49
2. Destinações	(53.896)	(47.137)	14
Benefícios	(46.714)	(40.255)	16
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(62)	(14)	343
Despesas Administrativas	(7.050)	(6.868)	3
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(70)	-	-
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	133.957	96.421	39
Provisões Matemáticas	134.113	104.831	28
Déficit Técnico do Exercício	(1.358)	(9.265)	(85)
Fundos Previdenciais	390	344	13
Fundos Administrativos	591	363	63
Fundos dos Investimentos	221	148	49
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A + 3)	1.085.204	951.247	14

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2015	2014	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	285.909	273.171	5
1. Adições	49.920	36.250	38
Contribuições	6.883	5.898	17
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.037	30.352	42
2. Destinações	(25.142)	(23.512)	7
Benefícios	(23.758)	(22.181)	7
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(62)	(14)	343
Custeio Administrativo	(1.322)	(1.317)	-
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	24.778	12.738	95
Provisões Matemáticas	25.340	20.754	22
Déficit Técnico do Exercício	(562)	(8.016)	(93)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	310.687	285.909	9
C) Fundos Não Previdenciais	1.662	1.515	10
Fundos Administrativos	1.319	1.194	10
Fundos dos Investimentos	343	321	7

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2015	2014	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	660.667	577.495	14
1. Adições	135.976	105.694	29
Contribuições	48.704	44.184	10
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	87.272	61.510	42
2. Destinações	(27.609)	(22.522)	23
Benefícios	(22.956)	(18.074)	27
Custeio Administrativo	(4.653)	(4.448)	5
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	108.367	83.172	30
Provisões Matemáticas	108.773	84.077	29
Fundos Previdenciais	390	344	13
Superávit Técnico do Exercício	(796)	(1.249)	(36)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	769.034	660.667	16
C) Fundos Não Previdenciais	3.821	3.156	21
Fundos Administrativos	2.736	2.270	21
Fundos dos Investimentos	1.085	886	22

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2015	2014	Variação %
1. Ativos	315.557	290.911	8
Disponível	7	2	250
Recebível	21.112	21.454	(2)
Investimento	294.438	269.455	9
Títulos Públicos	277.380	254.032	9
Fundos de Investimentos	10.229	9.113	12
Empréstimos	5.262	4.820	9
Depósitos Judiciais / Recursais	1.567	1.490	5
2. Obrigações	3.208	3.487	(8)
Operacional	376	332	13
Contingencial	2.832	3.155	(10)
3. Fundos Não Previdenciais	1.662	1.515	10
Fundos Administrativos	1.319	1.194	10
Fundos dos Investimentos	343	321	7
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	310.687	285.909	9
Provisões Matemáticas	319.071	293.731	9
Superávit Técnico	(8.384)	(7.822)	7
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2.872	4.445	(35)
a) Equilíbrio Técnico	(8.384)	(7.822)	7
b) (+) Ajuste de Precificação	11.256	12.267	(8)
c) (+) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	2.872	4.445	(35)

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2015	2014	Variação %
1. Ativos	773.361	664.133	16
Disponível	24	41	(41)
Recebível	4.273	3.831	12
Investimento	769.064	660.261	16
Títulos Públicos	115.530	84.016	38
Créditos Privados e Depósitos	68.015	103.142	(34)
Fundos de Investimentos	567.966	457.140	24
Empréstimos	17.553	15.963	10

Continua na próxima página

Continuação

2. Obrigações	506	310	63
Operacional	506	310	63
3. Fundos Não Previdenciais	3.821	3.156	21
Fundos Administrativos	2.736	2.270	21
Fundos dos Investimentos	1.085	886	22
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	769.034	660.667	16
Provisões Matemáticas	760.564	651.791	17
Superávit Técnico	6.941	7.737	(10)
Fundos Previdenciais	1.529	1.139	34
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	8.506	-	-
a) Equilíbrio Técnico	6.941	-	-
b) (+) Ajuste de Precificação	1.565	-	-
c) (+) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	8.506	-	-

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

(Em milhares de reais)

Descrição	2015	2014	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.464	3.101	12
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.711	7.231	7
1.1. Receitas	7.711	7.231	7
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	5.975	5.765	4
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.073	835	29
Taxa de Administração de Empréstimos	101	92	10
Resultado Positivo dos Investimentos	509	309	65
Outras Receitas	53	230	(77)
2. Despesas Administrativas	(7.050)	(6.868)	3
2.1. Administração Previdencial	(5.240)	(5.406)	(3)
Pessoal e Encargos	(3.242)	(2.909)	11
Treinamentos/Congressos e Seminários	(70)	(98)	(29)
Viagens e Estadias	(35)	(24)	46
Serviços de Terceiros	(895)	(864)	4
Despesas Gerais	(377)	(368)	2
Depreciações e Amortizações	(208)	(220)	(5)
Tributos	(391)	(434)	(10)
Outras Despesas	(22)	(489)	(96)
2.2. Administração dos Investimentos	(1.810)	(1.462)	24
Pessoal e Encargos	(913)	(645)	42
Treinamentos/Congressos e Seminários	(17)	(25)	(32)
Viagens e Estadias	(7)	(11)	(36)
Serviços de Terceiros	(572)	(526)	9
Despesas Gerais	(208)	(142)	46
Depreciações e Amortizações	(26)	(1)	2.500
Tributos	(67)	(64)	5
Outras Despesas	-	(48)	-
3. Resultado Negativo dos Investimentos	(70)	-	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	591	363	63
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	591	363	63
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	4.055	3.464	17

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2015	2014	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	314.238	289.717	8
1. Provisões Matemáticas	319.071	293.731	9
1.1. Benefícios Concedidos	306.101	282.481	8
Benefício Definido	306.101	282.481	8
1.2. Benefícios a Conceder	12.970	11.250	15
Benefício Definido	12.970	11.250	15
2. Equilíbrio Técnico	(8.384)	(7.822)	7
2.1. Resultados Realizados	(8.384)	(7.822)	7
(-) Déficit Técnico Acumulado	(8.384)	(7.822)	7
3. Fundos	343	321	7
3.1. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	343	321	7
4. Exigível Operacional	376	332	13
4.1. Gestão Previdencial	376	332	13
5. Exigível Contingencial	2.832	3.155	(10)
5.1. Gestão Previdencial	1.265	1.665	(24)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.567	1.490	5

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2015	2014	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	770.625	661.863	16
1. Provisões Matemáticas	760.564	651.791	17
1.1. Benefícios Concedidos	212.458	169.892	25
Contribuição Definida	176.478	138.614	27
Benefício Definido	35.980	31.278	15
1.2. Benefícios a Conceder	548.106	481.899	14
Contribuição Definida	522.256	459.367	14
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	181.900	154.762	18
Saldo de Contas - Parcela Participantes	340.356	304.605	12
Benefício Definido	25.850	22.532	15
2. Equilíbrio Técnico	6.941	7.737	(10)
2.1. Resultados Realizados	6.941	7.737	(10)
Superávit Técnico Acumulado	6.941	7.737	(10)
Reserva de Contingência	6.941	7.737	(10)
3. Fundos	2.614	2.025	29
3.1. Fundos Previdenciais	1.529	1.139	34
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	1.085	886	22
4. Exigível Operacional	506	310	63
4.1. Gestão Previdencial	506	310	63

As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis estão no final deste relatório.

PARECER ATUARIAL



Plano BD-1 CNPB: 2002.0015-29

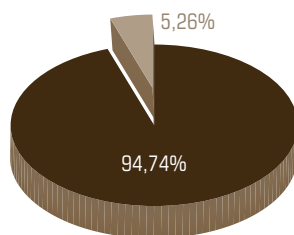
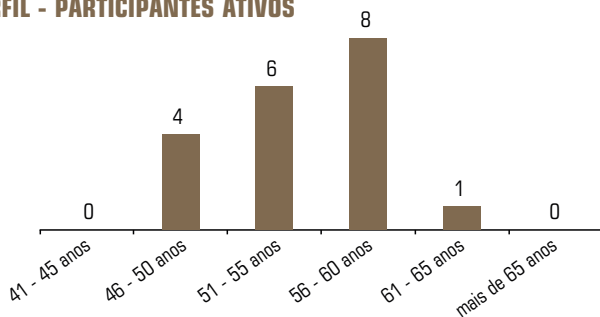
PERFIL - EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES

Participantes	2015
ATIVOS	9
PARTICIPANTES EM BPD	9
ASSISTIDOS	435
Aposentados	336
Aposentados por invalidez	51
Pensionistas	48
OUTROS (cancelados, afastados, etc.)	1
TOTAL	454

IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES

Participantes	2015
ATIVOS	54,78
PARTICIPANTES EM BPD	56,11
APOSENTADOS	63,71
APOSENTADOS POR INVALIDEZ	59,39
PENSIONISTAS	53,23
OUTROS (cancelados, afastados, etc.)	49,00
TOTAL	61,76

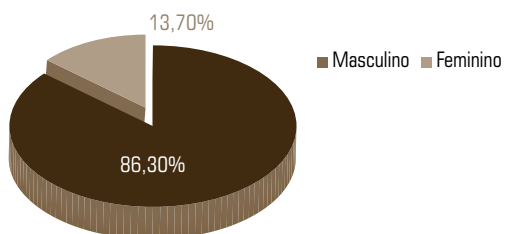
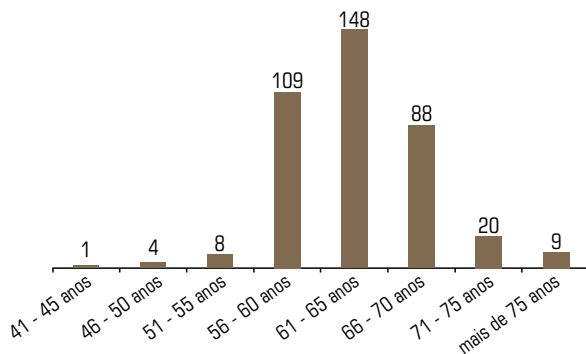
PERFIL - PARTICIPANTES ATIVOS



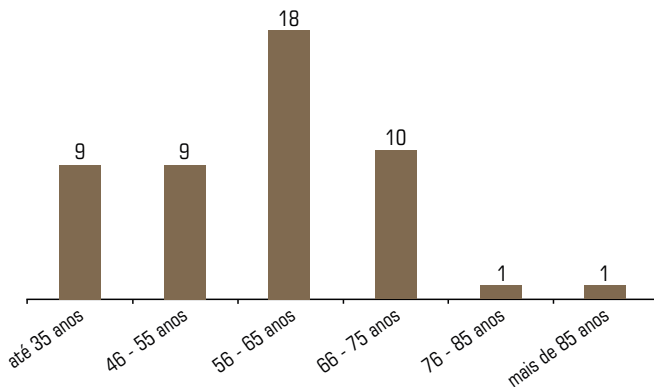
■ Masculino ■ Feminino

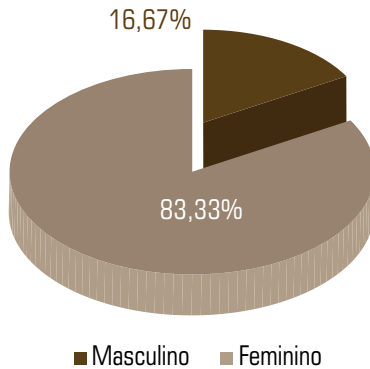
Para fins de análise de perfil, considerou-se também os participantes em BPD e em outras situações que não estejam percebendo nenhum benefício da Entidade.

PERFIL - PARTICIPANTES ATIVOS



PERFIL - PENSIONISTAS





Estudos de adequação (aderência/convergência)

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) adotadas pelo plano, realizados em conformidade com a Instrução Normativa PREVIC nº 07, de 12 de dezembro de 2013, quando da realização dos estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, foram realizados pela MIRADOR ATUARIAL através dos relatórios MIRADOR 0103/16 (hipóteses econômicas e financeiras) e MIRADOR 0886/15 (hipóteses biométricas e demográficas).

As premissas adotadas pelo plano foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVIG, em sua 73ª Reunião Ordinária, realizada em 29/10/2015, onde o atuário responsável pelo Plano, apresentou os resultados dos estudos de adequação das hipóteses e dos impactos da adoção das premissas sugeridas, conforme legislação aplicável ao encerramento do exercício de 2015.

HIPÓTESES ADOTADAS

Premissa Econômicas/Financeiras	2015	2014
Taxa Real de Juros	5,67% a.a.	5,60% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	100%	100%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,5%	97,5%
	(compatível com uma inflação de 4,5% anual, correspondente ao centro da meta para a inflação em 2016, conforme Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.345, de 25 de Junho de 2014, publicada no DOU em 26/06/2014, Seção 1, p. 17)	(compatível com uma inflação de 4,5% anual, correspondente ao centro da meta para a inflação em 2015, conforme Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.095, de 28 de Junho de 2012, publicada no DOU em 29/06/2012, Seção 1, p. 28)
Plano de Custeio Vigente	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida das Patrocinadoras) e Aposentados. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade das Patrocinadoras.	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida das Patrocinadoras) e Aposentados. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade das Patrocinadoras.
Taxa de Carregamento	0%	0%
Taxa de Administração	0%	0%
Taxa de Crescimento Real Salarial	0,56% a.a.	N/A
Taxa de Crescimento Real de Benefícios	Nula	Nula
Biométricas		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male	Tábua AT-2000 Male
Entrada em Invalidez	Tábua Light Média	Tábua Light Média
Mortalidade de Inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male
Demográficas		
Rotatividade (Turnover)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	Nula (o plano não permite o ingresso de novos participantes)	Nula (o plano não permite o ingresso de novos participantes)
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 5 anos mais velho do que mulher e 85% do grupo casado. Benefícios Concedidos: família efetiva.	Benefícios a conceder: experiência regional. Benefícios Concedidos: família efetiva.

PARECER ATUARIAL



SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Ativo Total	315.557
(-) Exigível Operacional	376
Gestão Previdencial	376
Gestão Administrativa	-
Investimentos	-
(-) Exigível Contingencial	2.832
Gestão Previdencial	1.265
Gestão Administrativa	-
Investimentos	1.567
(=) Patrimônio Social	312.349
(-) Fundos	1.662
Previdenciais	-
Administrativos	1.319
Dos investimentos	343
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	310.687

PASSIVO ATUARIAL

PMBC	306.101
Saldo de Conta dos Assistidos	-
VABF - Programados	267.738
VABF - Não-Programados	38.363
VACF Participantes	-
VACF Patrocinadores	-
PMBaC	12.970
Saldo de contas - parcela patro./inst.	-
Saldo de contas - parcela participantes	-
VABF - Programados	13.028
VABF - Não-Programados	305
VACF Participantes	(121)
VACF Patrocinadores	(242)
Passivo Atuarial	319.071

RESULTADO TÉCNICO

Patrimônio de Cobertura	310.687
Provisões Matemáticas	319.071
(+) Passivo Atuarial	319.071
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(8.384)

SOLVÊNCIA¹

Patrimônio de Cobertura	310.687
Provisões Matemáticas	319.071
(+) Passivo Atuarial	319.071
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(8.384)
(+/-) Ajuste Precificação	11.256
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	2.872

¹As normas relativas à solvência dos planos sofreram mudanças relevantes nos últimos exercícios. O Apêndice A do presente relatório apresenta as principais mudanças.

COMENTÁRIOS SOBRE A SOLVÊNCIA DO PLANO

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2015, um déficit técnico acumulado de R\$ 8.384 mil, equivalente à 2,63% das provisões matemáticas do plano.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela Previg em R\$ 11.256 mil, o resultado técnico ajustado do plano fica superavitário em R\$ 2.872 mil, equivalente à 0,90% das provisões matemáticas do plano.

Portanto, sob a ótica atuarial, o plano de benefícios encontra-se tecnicamente equilibrado.

ANÁLISE DE RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2015, foi de 16,92% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 17,18%, o que, em termos reais, representou obter 5,36% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,60 % ao ano estabelecida para 2015, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade



PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do Plano BD-1 foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/10/2015 e posicionado em 31/12/2015. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção da mudança da premissa de composição familiar e crescimento real de salários que, por se tratar de plano com poucos participantes ativos, não trouxe impacto significativo para o equilíbrio técnico desse. Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006. A taxa de desconto utilizada nesta reavaliação atuarial foi de 5,67% ao ano, o que representou um acréscimo de 0,07 ponto percentual em comparação aos 5,60% adotados no exercício anterior. Estas alterações estão adequadas às exigências da legislação em vigor, em especial a Resolução CGPC n° 18/2006 e Instrução Previc n° 19/2015.

O Plano aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 8.384 mil, que representa 2,63% das Provisões Matemáticas. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela Previg em R\$ 11.256 mil, o resultado técnico ajustado do plano fica superavitário em R\$ 2.872 mil, equivalente à 0,90% das provisões matemáticas do plano.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano BD-1, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Giancarlo Germany

Diretor Técnico - MIBA 1020

Fabrizio Krapf Costa

Atuário - MIBA 2481

4 | Plano CD - BSPS

Perfil

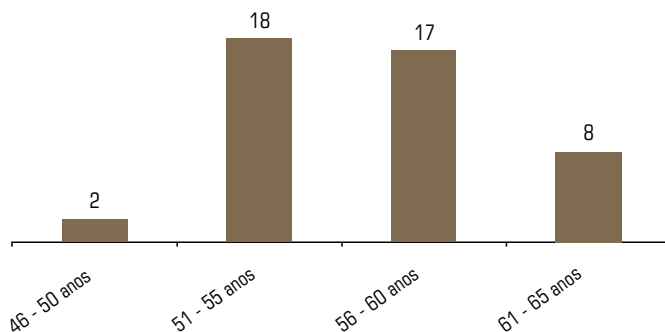
EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES

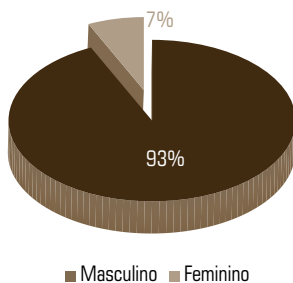
Participantes	2015
ATIVOS	45
PARTICIPANTES EM BPD	0
ASSISTIDOS	47
Aposentados	41
Aposentados por invalidez	1
Pensionistas	5
OUTROS (cancelados, afastados, etc.)	0
TOTAL	92

IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES

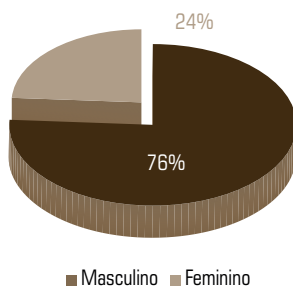
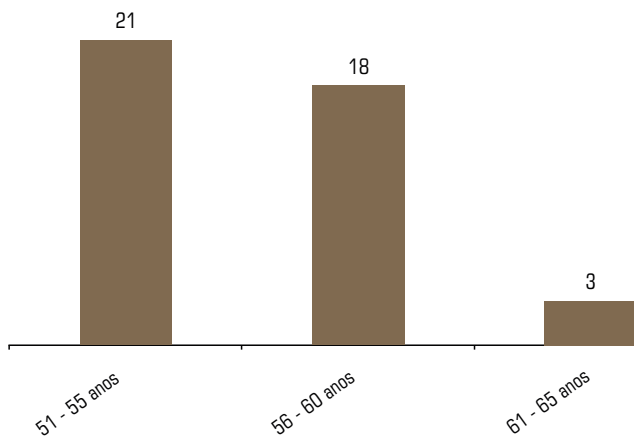
Participantes	2015
ATIVOS	56,5
PARTICIPANTES EM BPD	-
APOSENTADOS	60,8
APOSENTADOS POR INVALIDEZ	62,0
PENSIONISTAS	44,2
OUTROS (cancelados, afastados, etc.)	-
TOTAL	57,8

PERFIL - PARTICIPANTES ATIVOS

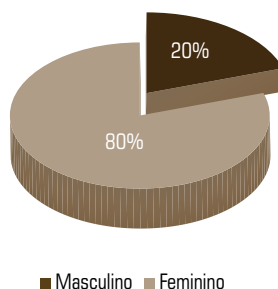
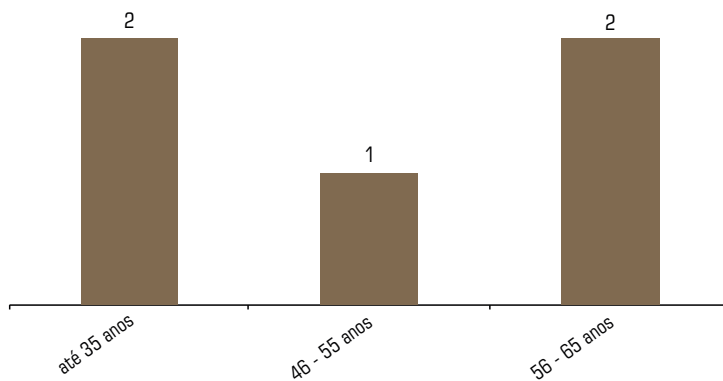




PERFIL - APOSENTADOS



PERFIL - PENSIONISTAS



ESTUDOS DE ADEQUAÇÃO (ADERÊNCIA/CONVERGÊNCIA)

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) adotadas pelo plano, realizados em conformidade com a Instrução Normativa PREVIC nº 07, de 12 de dezembro de 2013, quando da realização dos estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, foram apresentados MIRADOR ATUARIAL através dos relatórios MIRADOR 0104/16 (hipóteses econômicas e financeiras) e MIRADOR 0887/15 (hipóteses biométricas e demográficas).

As premissas adotadas pelo plano foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVIG, em sua 73ª Reunião Ordinária, realizada em 29/10/2015, em que a Mirador apresentou os resultados dos estudos de adequação das hipóteses e dos impactos da adoção das premissas sugeridas, conforme legislação aplicável ao encerramento do exercício de 2015.

PARECER ATUARIAL



HIPÓTESES ADOTADAS

Premissa Econômicas/Financeiras	2015	2014
Taxa Real de Juros	5% a.a.	5,50% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	N/A	N/A
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,5% (compatível com uma inflação de 4,5% anual, correspondente ao centro da meta para a inflação em 2016, conforme Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.345, de 25 de Junho de 2014, publicada no DOU em 26/06/2014, Seção 1, p. 17)	97,5% (compatível com uma inflação de 4,5% anual, correspondente ao centro da meta para a inflação em 2015, conforme Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.237, de 28 de Junho de 2013, publicada no DOU em 28/06/2013, Ed. Extra, Seção 1, p. 1)
Plano de Custeio Vigente	Apenas Aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.	Apenas Aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.
Taxa de Carregamento	0%	0%
Taxa de Administração	0%	0%
Taxa de Crescimento Real Salarial	N/A	N/A
Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão)	Nula	Nula
Biométricas		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male	Tábua AT-2000 Male
Entrada em Invalidez	Tábua Light Média	Tábua Light Média
Mortalidade de Inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male
Demográficas		
Rotatividade (Turnover)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	Nula	Nula
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 4 anos mais velho do que mulher e 85% do grupo casado. Benefícios Concedidos: família efetiva.	Benefícios a conceder: experiência regional. Benefícios Concedidos: família efetiva.

PARECER ATUARIAL

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Ativo Total	70.170
(-) Exigível Operacional	506
Gestão Previdencial	506
Gestão Administrativa	-
Investimentos	-
(-) Exigível Contingencial	-
Gestão Previdencial	-
Gestão Administrativa	-
Investimentos	-
(=) Patrimônio Social	69.664
(-) Fundos	893
Previdenciais	-
Administrativos	893
Dos investimentos	-
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	68.771

PASSIVO ATUARIAL

PMBC	35.980
Saldo de Conta dos Assistidos	-
VABF - Programados	34.043
VABF - Não-Programados	1.937
VACF Participantes	-
VACF Patrocinadores	-
PMBaC	25.850
Saldo de contas - parcela patro./inst.	-
Saldo de contas - parcela participantes	-
VABF - Programados	25.774
VABF - Não-Programados	76
VACF Participantes	-
VACF Patrocinadores	-
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	61.830



EQUILÍBRIO TÉCNICO

Patrimônio de Cobertura	68.771
Provisões Matemáticas	61.830
(+) Passivo Atuarial	61.830
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	6.941

SOLVÊNCIA¹

Patrimônio de Cobertura	68.771
Provisões Matemáticas	61.830
(+) Passivo Atuarial	61.830
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	6.941
(+/-) Ajuste Precificação	1.565
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	8.506

¹As normas relativas à solvência dos planos sofreram mudanças relevantes nos últimos exercícios. O Apêndice A do presente relatório apresenta as principais mudanças.

COMENTÁRIOS SOBRE A SOLVÊNCIA DO PLANO

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2015, um superávit técnico acumulado de R\$ 6.941 mil, equivalente à 11,23% das provisões matemáticas do Plano CD Puro parte BSPS.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela Previg em R\$ 1.565 mil, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 8.506 mil, equivalente à 13,76% das provisões matemáticas do Plano CD Puro parte BSPS.

Portanto, sob a ótica atuarial, o plano de benefícios encontra-se tecnicamente equilibrado.

COMENTÁRIOS SOBRE A TAXA DE JUROS REAL

A taxa de juros real, utilizada como taxa de desconto na avaliação dos passivos atuariais da parcela BSPS do Plano CD, foi reduzida no exercício de 2015 de 5,5% a.a. para 5%.

Essa redução resultou em um aumento do passivo atuarial de R\$ 3.241 milhões, representando um aumento de 5,53%.

ANÁLISE DE RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura da parcela BSPS do plano CD, ao longo de 2015, foi de 16% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 17,07%, o que, em termos reais, representou obter 4,54% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,50% ao ano estabelecida para 2015, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

É importante ressaltar que, com a redução da taxa real de juros da parcela BSPS do plano CD, haverá também a redução da meta atuarial, que para o exercício de 2016 será de 5% (em termos reais).

5 | Plano CD - Puro

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Ativo Total	703.191
(-) Exigível Operacional	-
Gestão Previdencial	-
Gestão Administrativa	-
Investimentos	-
(-) Exigível Contingencial	-
Gestão Previdencial	-
Gestão Administrativa	-
Investimentos	-
(=) Patrimônio Social	703.191
(-) Fundos	4.457
Previdenciais	1.529
Administrativos	1.843
Dos investimentos	1.085
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	698.734

PASSIVO ATUARIAL

PMBC	176.478
Saldo de Conta dos Assistidos	176.478
VABF - Programados	-
VABF - Não-Programados	-
VACF Participantes	-
VACF Patrocinadores	-
PMBaC	522.256
Saldo de contas - parcela patro./inst.	181.900
Saldo de contas - parcela participantes	340.356
VABF - Programados	-
VABF - Não-Programados	-
VACF Participantes	-
VACF Patrocinadores	-
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	698.734

PARECER ATUARIAL



RESULTADO TÉCNICO

Patrimônio de Cobertura	698.734
Provisões Matemáticas	698.734
(+) Passivo Atuarial	698.734
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	-

6 | Plano CD - Consolidado

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Ativo Total	773.361
(-) Exigível Operacional	506
Gestão Previdencial	506
Gestão Administrativa	-
Investimentos	-
(-) Exigível Contingencial	-
Gestão Previdencial	-
Gestão Administrativa	-
Investimentos	-
(=) Patrimônio Social	772.855
(-) Fundos	5.350
Previdenciais	1.529
Administrativos	2.736
Dos investimentos	1.085
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	767.505

PARECER ATUARIAL



PASSIVO ATUARIAL E SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

PMBC	212.458
Saldo de Conta dos Assistidos	176.478
VABF - Programados	34.043
VABF - Não-Programados	1.937
VACF Participantes	-
VACF Patrocinadores	-
PMBaC	548.106
Saldo de contas - parcela patro./inst.	181.900
Saldo de contas - parcela participantes	340.356
VABF - Programados	25.774
VABF - Não-Programados	76
VACF Participantes	-
VACF Patrocinadores	-
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	760.564

RESULTADO TÉCNICO

Patrimônio de Cobertura	767.505
Provisões Matemáticas	760.564
(+) Passivo Atuarial	760.564
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	6.941



6 | Plano CD - Consolidado

PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do Plano CD foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/10/2015 (referente ao cadastro da parcela BSPS) e posicionado em 31/12/2015. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção da mudança da premissa de composição familiar, que, por se tratar de plano com poucos participantes ativos, não trouxe impacto significativo para o equilíbrio técnico desse. Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006. A taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial dos passivos da parcela BSPS do Plano CD foi de 5% ao ano, o que representou uma redução de 0,5 ponto percentual em comparação aos 5,50% adotados no exercício anterior. Estas alterações estão adequadas às exigências da legislação em vigor, em especial a Resolução CGPC n° 18/2006 e Instrução Previc n° 19/2015.

O Plano aqui analisado apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 6.941 mil, que representa 11,23% das Provisões Matemáticas estruturadas no Plano CD Puro parte BSPS. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela Previg em R\$ 1.565 mil, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 8.506 mil, equivalente à 13,76% das provisões matemáticas do plano na modalidade benefício definido.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano CD, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Giancarlo Germany

Diretor Técnico - MIBA 1020

Fabrizio Krapf Costa

Atuário - MIBA 2481

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 24 de fevereiro de 2015, contendo parágrafos de ênfase sobre o ajuste de precificação do títulos públicos federais classificados na categoria mantidos até o vencimento, do Plano BD, que gerou um resultado positivo de R\$ 12.267 mil, considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação e o valor contábil desses títulos, e sobre o déficit técnico atuarial acumulado no Plano BD de R\$ 7.822 mil, o qual, após considerado o equacionamento com o resultado do ajuste de precificação, gerou o equilíbrio técnico atuarial ajustado do Plano BD, no valor de R\$ 4.445 mil. A opinião daqueles auditores não contee modificações quanto a estes assuntos.

Maringá, 12 de fevereiro de 2016.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Marco Antônio Harger Lückmann
Contador
CRC SC 023.456/O-6 T - PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar**, abaixo identificados, tendo examinado o Balanço Patrimonial - Consolidado levantado em 31 de dezembro de 2015, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas correspondentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, considerando o Parecer número 0127/2016 emitido pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda., em fevereiro de 2016, acompanhado das respectivas Demonstrações Atuariais de cada um dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIG; considerando, também, o Relatório dos Auditores Independentes, Benz Auditores, emitido em 12 de fevereiro de 2016, e as análises complementares realizadas por este Conselho Fiscal, são de opinião que as referidas Demonstrações Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIG em 31 de dezembro de 2015, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e emitem o presente Parecer, recomendando ao Conselho Deliberativo da PREVIG a aprovação do conjunto das Demonstrações Contábeis do exercício de 2015.

Florianópolis/SC, 24 de fevereiro de 2016.



Osmar Osmarino Bento

Presidente do Conselho Fiscal



Guilherme Azevedo da Silva

Conselheiro Fiscal



Maria Elizabete Laurentino

Conselheira Fiscal



PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, dos auditores independentes, Bez Auditores Independentes S/S e do atuário externo, Mirador Assessoria Atuarial Ltda., deliberou por aprovar por unanimidade tais Demonstrações Contábeis.

Florianópolis, 1º de março de 2016.




Carlos Alberto Vieira



Nélor Paludo



Enio Luis Gonçalves



Rafael Maciel Strapazon



Euclides Antonio Backes



Rogério Benjamin Schmitt



Marcelo Cardoso Malta



Rubens José Nascimento







NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2015 E 31.12.2014 (Em milhares de reais)

7 CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar ("PREVIG" ou "Entidade") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Seu funcionamento foi autorizado através da Portaria nº 991, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2002.

Instituída pela Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"), a PREVIG tem como finalidade principal, na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, através de múltiplos Planos Privados por ela administrados, complementar os benefícios a que têm direito a auferir, como segurados da Previdência Social, os seus participantes e respectivos dependentes.

A PREVIG administra dois Planos de Benefícios: (i) Plano de Benefícios Definidos ("Plano BD"), no qual o valor dos benefícios a que o participante terá direito no futuro é previamente definido tendo por base fórmulas de cálculos estabelecidas no Regulamento; e (ii) Plano de Contribuição Definida ("Plano CD"), no qual a contribuição para o plano que é previamente definida e o valor do benefício que o participante irá receber no futuro depende do saldo acumulado dessas contribuições, acrescido da rentabilidade obtida com as aplicações. O primeiro foi encerrado para novas inscrições em 05 de outubro de 2004, data da aprovação do segundo, conforme comunicação da SPC efetuada através do Ofício nº 1.998 DAJUR/SPC. Uma parcela do Plano CD é formada pelo Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), devido aos participantes que optaram em manter o direito ao benefício de aposentadoria, acumulado até a data da migração, vigorando com as mesmas regras do plano de origem, o Plano BD.

Nessa mesma data, a Tractebel firmou Convênio de Adesão com a PREVIG passando a oferecer o Plano CD aos seus empregados e dando início ao processo de migração previsto no Regulamento. A efetiva inscrição de participantes no Plano CD teve início em janeiro de 2005. O Plano CD foi instituído com as modalidades de Contribuição Definida ("CD Puro") e de Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") para os empregados da Patrocinadora Tractebel e da PREVIG que optaram pela migração do Plano BD para o Plano CD.

Atualmente, o Plano CD é patrocinado pela Tractebel, sua instituidora, GDF Suez Energy Brasil Ltda., GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda., LEME Engenharia Ltda., PREVIG, ELOSAÚDE Associação de Assistência à Saúde, Energia Sustentável do Brasil S.A e Pampa Sul.

Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB):

CNPB	Sigla do Plano
2002.0015-29	PREVIG BD
2004.0024-92	PREVIG CD

A PREVIG possui em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as seguintes composições de participantes, segregados por patrocinadora:

Patrocinadoras	Tractebel Energia		Leme Engenharia		Energia Sustentável do Brasil		GDF Suez Latin America		GDF Suez Energy Brasil	
	2015 ¹	2014 ²	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos	1.117	1.107	488	549	325	299	27	26	19	19
Autopatrocinadores	26	26	46	49	9	8	2	1	1	1
Benefício Proporcional Diferido - BPD	31	29	11	5	3	2	2	2	3	3
Aposentados	560	547	7	5	-	-	1	1	1	1
Pensionistas	52	47	1	1	1	-	-	-	-	-
Total de participantes	1.786	1.756	553	609	338	309	32	30	24	24

Patrocinadoras	PREVIG		ELOSAÚDE		PAMPA SUL		Total 2015	Total 2014
	2015 ³	2014 ⁴	2015	2014	2015	2014		
Ativos	21	19	17	17	24	-	2.038	2.036
Autopatrocinadores	3	3	1	-	-	-	88	88
Benefício Proporcional Diferido - BPD	1	-	-	-	-	-	51	41
Aposentados	18	18	-	-	-	-	587	572
Pensionistas	-	-	-	-	-	-	54	48
Total de participantes	43	40	18	17	24	-	2.818	2.785

- 1) Incluído 439 participantes do plano BD, sendo 421 assistidos e 09 ativos e 09 BPD. 3) Incluído 07 participantes assistidos do plano BD.
 2) Incluído 440 participantes do plano BD, sendo 420 assistidos e 11 ativos e 09 BPD. 4) Incluído 07 participantes assistidos do plano BD.

A composição populacional por plano de benefício e idade média, está descrita a seguir:

Plano BD	2015		2014	
	Nº Participantes	Idade Média	Nº Participantes	Idade Média
Ativos	9	54	11	53
Autopatrocinadores	-	-	-	-
Benefício Proporcional Diferido - BPD	9	56	9	55
Assistidos	387	63	388	60
Pensionistas	41	65	39	64
Total	446	-	447	--

Plano CD	2015		2014	
	Nº Participantes	Idade Média	Nº Participantes	Idade Média
Ativos	2.029	40	2.025	38
Autopatrocinadores	88	43	88	42
Benefício Proporcional Diferido - BPD	42	41	32	38
Assistidos	200	59	184	58
Pensionistas	13	46	9	45
Total	2.372	-	2.338	--

7.1. Resumo das Principais Práticas Contábeis

A contabilidade da PREVIG é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos Planos de Benefícios de forma a identificar, separadamente, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa ("PGA"), para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções pré-determinadas.

A PREVIG adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Nos Planos BD, BPS e PGA, todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, independentemente de sua realização, e os registros relativos às contribuições de autopatrocinados e de participantes vinculados ao Plano CD (exceto BPS) são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com os itens 8, 8.1 e 8.2, respectivamente, do Anexo C, da Resolução MPS/CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

Os registros das despesas administrativas são feitos por meio de sistema de alocação direta a cada Plano, combinados o com rateio das despesas comuns aos mesmos de forma proporcional aos respectivos recursos garantidores.

O superávit ou déficit técnico do exercício é apurado pela diferença entre a variação do ativo líquido (ativo total menos o exigível operacional, exigível contingencial e fundos não previdenciais) e a variação das provisões matemáticas.

Ocorrendo superávit, o mesmo é registrado como uma reserva de contingência até o limite de 25% das provisões matemáticas. O que ultrapassar este limite é registrado como uma reserva especial para revisão do Plano de Benefícios, conforme Art. 7º e 8º, da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

7.1.1. Realizável

7.1.1.1. Gestão Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes, além das contribuições contratadas devidas pela patrocinadora Tractebel Energia.

7.1.1.2. Gestão Administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes.

7.1.2. Investimentos

Foram observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e para fins de registro considerados os critérios da Resolução CGPC/MPAS nº 04 de 30 de janeiro de 2002 e posteriores alterações Resolução MPS/CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, que estabelece que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago, e classificados, dependendo de sua categoria, em "Títulos para Negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado e em "Títulos Mantidos até o Vencimento" que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas a modalidade de aplicação.

Os títulos e valores mobiliários pertencentes aos planos de benefícios estão custodiados no Banco Itaú S.A.

7.1.2.1. Títulos Públicos

Os títulos públicos alocados na carteira administrada pela PREVIG são todos de emissão do Tesouro Nacional registrados como “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento” dependendo das características de cada plano de benefícios e com vencimentos variando de 2016 a 2050.

7.1.2.2. Créditos Privados e Depósitos

Os títulos privados de renda fixa são Debêntures Não Conversíveis e Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE, alguns indexados a índices de preços e outros indexados ao Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

7.1.2.3. Fundos de Investimentos

Os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos Multimercados, Fundos Imobiliário, Fundos Referenciados e Fundos de Investimentos em ações estão todos precificados a valor de mercado e tem seus registros com base no valor das cotas na data do balanço. Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios têm seus ativos avaliados conforme definido em seus respectivos regulamentos.

7.1.2.4. Empréstimos

Representam o montante de recursos emprestados aos participantes ativos e assistidos nos termos das normas estatutárias e regulamentares, contabilizados pelo valor original, acrescido dos encargos contratuais auferidos até a data do balanço

7.1.3. Depósito Judicial/Recursais

Registra o total depositado em juízo relativo à contingência da gestão de investimentos, atualizada mensalmente pela taxa SELIC.

7.1.4. Ativo Permanente

7.1.4.1. Imobilizado

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, 15% para aparelhos cinematográficos (som e projeção) e 20% para equipamentos de informática, cuja depreciação é reconhecida como uma despesa do PGA, em consonância com a Instrução MPS/SPC no 34/2009.

7.1.4.2. Intangível

No intangível são registrados os gastos com aquisições de licenças e direitos de uso de softwares e benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizados à taxa de 20% ao ano e reconhecidos como despesa do PGA. Os gastos com desenvolvimento de software também são registrados no intangível e amortizados à mesma taxa a partir de sua entrada em operação, em consonância com a Instrução MPS/SPC no 34/2009.

7.1.5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo A da Instrução MPS/SPC no 34/2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores vencidos e vincendos:

Período de Atraso	% Provisão
Entre 61 dias e 120 dias	25%
Entre 121 dias e 240 dias	50%
Entre 241 dias e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

7.1.6. Exigível Operacional

Representa as obrigações incorridas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

7.1.6.1. Gestão Previdencial

Registra as obrigações da Entidade em relação ao pagamento da folha de benefício e seus encargos legais, decorrentes dos Regulamentos dos Planos.

7.1.6.2. Gestão Administrativa

Registra as obrigações de ordem administrativa da Entidade.

7.1.7. Exigível Contingencial

Representa as provisões relacionadas às demandas judiciais de qualquer natureza, com risco provável de realização, as quais são avaliadas por consultoria jurídica.

7.1.8. Patrimônio Social

7.1.8.1. Patrimônio de Cobertura do Plano



Representa os Benefícios Concedidos, a Conceder e Resultados Realizados com base no Demonstrativo Atuarial dos planos de benefícios.

7.1.8.1.1 Provisões Matemáticas

É constituído com base na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, a qual é realizada por atuário independente, compreendendo benefícios concedidos e a conceder, tendo por base os Regulamentos dos Planos de Benefícios da Entidade.

7.1.8.2. Fundos

Registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade com a Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, assim como o Fundo dos Investimentos constituído para quitação de empréstimos decorrente de falecimento ou inadimplência de participante.

7.2. Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição de dezembro de 2015 e 2014, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que administram os processos.

7.3. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

7.3.1. Legislação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, que passou a partir da publicação da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, a denominar-se Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Foram também observadas as disposições estabelecidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a ser observado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e refletem a posição consolidada de todos os Planos administrados pela Entidade.

7.3.2. Demonstrações Contábeis

De acordo com o item 17, do Anexo C, da Resolução MPS/CNPC nº 08/2011, são apresentadas as seguintes Demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) em substituição à Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial). Sendo a DOAP e DAL alteradas através das Resoluções MPS/CNPC nº 12/2013 e MPS/CNPC nº 16/2014, respectivamente, e a DMPS, DMAL e DPGA alteradas pela Instrução MTPS/PREVIC nº 25/2015.

7.3.3. Reclassificação de Valores da Demonstração Contábil

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) foi elaborada contemplando as alterações de contas contábeis determinadas pela Instrução MTPS/PREVIC nº 25/2015, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que, dentre outras, estabelece a inclusão da conta de tributos, no item 2 Despesas Administrativas.

Visando melhor comparabilidade entre os exercícios e, em cumprimento ao que dispõe a Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, os saldos das contas "Despesas Gerais" apresentados na demonstração contábil do exercício de 2014 foram reclassificados conforme demonstrado abaixo:

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA (Em milhares de Reais)

Descrição	Valores apresentados em 2014	Reclassificação	Valores 2014 ajustados em 2015
2. Despesas Administrativas			
2.1 Administração Previdencial			
Despesas Gerais	(802)	434	(368)
Tributos	-	(434)	(434)
2.2 Administração dos Investimentos			
Despesas Gerais	(206)	64	(142)
Tributos	-	(64)	(64)

7.3.4. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares.

8 RECURSOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

8.1. Custeio Administrativo

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabelece regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribui ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes de custeio de acordo com os regulamentos dos Planos de Benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, os quais deverão estar expressamente previstos no plano de custeio. Cabe ainda ao referido Conselho fixar os critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas, indicadores de gestão e metas.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma Política de Investimentos para o PGA, a exemplo do que ocorre com os Planos de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da PREVIG, por meio da deliberação DCD-044-04, em 14 de dezembro de 2009, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2010, conforme previsto no Anexo C, item 27, da Resolução MPS/CNPC nº 08/2011.

8.1.1. Plano BD e Plano CD (BSPS)

De acordo com os regulamentos dos Planos, os custeios dos mesmos não contemplam a taxa de administração. A Patrocinadora Tractebel é responsável pelas despesas administrativas da Gestão Previdencial, enquanto as despesas de investimentos são custeadas pelas rentabilidades dos Planos.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial e de Investimentos são registradas no PGA, através de centros de custos específicos. As despesas da Gerência de Investimentos são integralmente registradas no grupo de despesas relativas aos Investimentos e as despesas das Gerências de Seguridade e de Atendimento e Comunicação são integralmente registradas no grupo de despesas relativas à Gestão Previdencial. As despesas das demais áreas (Controladoria, Sistemas de Informação, Diretorias e Conselhos) são rateadas com base na proporção dos custos diretos da Gestão Previdencial e de Investimentos.

8.1.2. Plano de Contribuição Definida – Plano CD

As despesas administrativas são custeadas à razão de 50% para as Patrocinadoras e 50% para os participantes e assistidos.

A partir de 2008, a Patrocinadora Tractebel passou a assumir 100% das despesas administrativas equivalentes ao Saldo de Conta Total dos seus empregados, migrados do Plano BD para o Plano CD, posicionado em 31/10/2004, desde que atendida uma das seguintes condições: (i) participante possuía vínculo empregatício com a Tractebel em novembro de 2007, data do início da vigência do Acordo Coletivo; e (ii) participante está em gozo de complementação de aposentadoria ou pensão, sem que estas tenham sido iniciadas a partir da situação de participante na condição de autopatrocinador ou Benefício Proporcional Diferido (BPD).

9 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9.1 Eliminações das transações entre planos

Os saldos ativos e passivos resultantes das transações entre planos foram eliminados quando da elaboração do Balanço Patrimonial Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

	2015 (R\$ mil)				2014 (R\$ mil)			
	BD	CD	PGA	Total	BD	CD	PGA	Total
Gestão Administrativa - Contas a Receber	-	-	487	487	-	-	659	659
Gestão Previdencial - Contas a Receber	-	1	-	1	-	-	-	-
Total do Ativo	-	1	487	488	-	-	659	659
Gestão Administrativa - Outras Exigibilidades	-	-	(403)	(403)	-	-	(597)	(597)
Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades	(72)	(13)	-	(85)	(53)	(9)	-	(62)
Total do Passivo	(72)	(13)	(403)	(488)	(53)	(9)	(597)	(659)



10 REALIZÁVEL

10.1. Gestão Previdencial

Registra os recursos a receber referente a contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2016, contribuições contratadas e outros valores inerentes à atividade de natureza previdenciária.

	2015 (R\$ mil)			2014 (R\$ mil)		
	BD	CD	Consolidado	BD	CD	Consolidado
Contribuições do mês	18	-	18	9	-	9
Contribuições Contratadas	18.712	1.537	20.249	18.726	1.560	20.286
Recursos a Receber	18.730	1.537	20.267	18.735	1.560	20.295
Outros Créditos a Receber	1.063	-	1.063	1.525	1	1.526
Outros Realizáveis*	1.063	-	1.063	1.525	1	1.526
	19.793	1.537	21.330	20.260	1.561	21.821

* Patrocinadora (ver nota 6.1)

10.1.1. Contribuições Contratadas

Os valores registrados como contribuições contratadas correspondem aos seguintes contratos firmados entre a Entidade e a Patrocinadora Tractebel:

a) Contrato Particular de Financiamento da Insuficiência de Cobertura das Reservas Matemáticas decorrentes do processo de migração, firmado em 28/04/2006 e seu Termo Aditivo nº 1, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 16.487, decorrente do processo de migração do Plano BD para o Plano CD, em 31/07/2005. Em 31/12/2015, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - tranche 1: até abril de 2022 e tranche 2: finalizado em abril de 2014; (ii) encargos - tranche 1: INPC divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - tranche 1: calculadas com base no sistema francês de amortização; (iv) saldo devedor - tranche 1: R\$ 11.184 (R\$ 9.647 Plano BD e R\$ 1.537 Plano CD/BSPS), (R\$ 11.356 em 2014);

b) Contrato Particular de Financiamento da diferença de Reserva Matemática proveniente da elevação do piso mínimo de benefícios do Plano BD, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 1.329. Em 31/12/2015, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até setembro de 2024; (ii) encargos - INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações anuais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor R\$ 1.519, (R\$ 1.481 em 2014);

c) Contrato Particular de Financiamento de Provisão Matemática a Constituir, firmado em 27/03/2006, no montante de R\$ 6.396, correspondente ao saldo de Provisão Matemática a Constituir, apurada no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial do Plano BD em 31/12/2004. Em 31/12/2015, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até dezembro de 2023; (ii) encargos - INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor - R\$ 7.546, (R\$ 7.449 em 2014).

10.2. Gestão Administrativa

Registra os recursos a receber referentes ao custeio administrativo de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2015, adiantamentos a empregados e outros valores inerentes à atividade de administração dos Planos de Benefícios.

	2015 (R\$ mil)			2014 (R\$ mil)		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	PGA BD	PGA CD	Consolidado
Contribuições para Custeio Administrativo	345	77	422	349	90	439
Outros Créditos (*)	55	-	55	6	-	6
	400	77	477	355	90	445

(*) Em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, o detalhamento dos saldos é o seguinte:

	PGA BD	
	2015	2014
Credores - Terceiros	2	2
Responsabilidade de Empregados	45	-
Despesas Antecipadas	8	4
Outros Créditos	55	6

10.3. Investimentos

Registra as aplicações dos recursos dos Planos de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

	2015 Plano				2014 Plano			
	BD	CD	PGA	Consolidado	BD	CD	PGA	Consolidado
RENDA FIXA	285.986	728.445	4.162	1.018.593	260.815	583.734	3.338	847.887
Aplicações em Instituições Financeiras	8.606	581.493	4.162	594.261	6.783	465.932	3.338	476.053
Cotas FAQ – Renda Fixa	8.606	544.900	4.162	557.668	6.783	396.576	3.338	406.697
Certificado de Depósito Bancário - DPGE - Compromissadas	-	36.593	-	36.593	-	69.356	-	69.356
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	277.380	115.530	-	392.910	254.032	84.016	-	338.048
Títulos de Empresas	-	31.422	-	31.422	-	33.786	-	33.786
Debêntures Não Conversíveis	-	31.422	-	31.422	-	33.786	-	33.786
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	2.262	-	2.262	-	15.831	-	15.831
Fundo de Investimentos	-	2.262	-	2.262	-	15.831	-	15.831
Multimercado	-	-	-	-	-	13.543	-	13.543
Fundo Imobiliário	-	2.262	-	2.262	-	2.288	-	2.288
RENDA VARIÁVEL	1.623	20.804	-	22.427	2.330	44.733	-	47.063
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.262	17.553	-	22.815	4.820	15.963	-	20.783
Empréstimos	5.293	17.752	-	23.045	4.833	16.182	-	21.015
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(31)	(199)	-	(230)	(13)	(219)	-	(232)
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	1.567	-	-	1.567	1.490	-	-	1.490
	294.438	769.064	4.162	1.067.664	269.455	660.261	3.338	933.054

10.3.1. Categorias dos Títulos e Valores Mobiliários

Atendendo às disposições estabelecidas no Art. 8º, da Resolução do MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários mantidos pela Entidade, passíveis de classificação nas categorias de "Títulos mantidos até o vencimento" e "Títulos para negociação", estavam assim representados em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Tipo	Vctos	CONSOLIDADO							
		2015		2015		2014		2014	
		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	
	Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total	Custo Amortizado	Mercado	Mercado	Total	
Títulos de responsabilidade do Governo Federal									
NTN-B	2015	-	-	-	-	3.105	-	-	3.105
NTN-B	2016	12.541	-	-	12.541	11.448	-	-	11.448
NTN-B	2017	12.572	-	-	12.572	11.456	-	7.249	18.705
NTN-B	2018	13.755	-	-	13.755	12.767	-	-	12.767
NTN-B	2019	1.400	-	-	1.400	1.266	-	7.540	8.806
NTN-B	2020	23.024	-	13.538	36.562	20.770	-	12.745	33.515
NTN-B	2022	6.872	-	39.827	46.699	6.325	-	-	6.325
NTN-B	2023	1.124	-	-	1.124	1.017	-	-	1.017
NTN-B	2024	42.736	-	-	42.736	38.335	-	-	38.335
NTN-B	2030	53.892	-	-	53.892	48.722	-	-	48.722
NTN-B	2035	43.246	-	-	43.246	39.130	-	-	39.130
NTN-B	2040	43.918	-	-	43.918	39.711	-	-	39.711
NTN-B	2045	19.355	-	-	19.355	17.469	-	-	17.469
NTN-B	2050	65.110	-	-	65.110	58.993	-	-	58.993
		339.545	-	53.365	392.910	310.514	-	27.534	338.048
Aplicações em Instituições não Financeiras									
Debêntures CEMIG GT	2015	-	-	-	-	-	3.432	-	3.432
Debêntures BNDESPAR	2017	-	8.892	-	8.892	-	8.094	-	8.094
Debêntures Duke Energy	2021	-	11.437	-	11.437	-	10.538	-	10.538
Debêntures TEPE	2025	-	11.093	-	11.093	-	11.722	-	11.722
		-	31.422	-	31.422	-	33.786	-	33.786
Aplicações em Instituições Financeiras									
DPGEs	2015	-	-	-	-	-	19.504	-	19.504
DPGEs	2016	-	19.812	-	19.812	-	35.709	-	35.709
DPGEs	2017	-	16.781	-	16.781	-	14.143	-	14.143
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	-	-	-	582.357	582.357	-	-	469.591	469.591
		-	36.593	582.357	618.950	-	69.356	469.591	538.947
		339.545	68.015	635.722	1.043.282	310.514	103.142	497.125	910.781

Entende-se como "Títulos mantidos até o vencimento" os papéis cuja intenção é a manutenção em carteira até o vencimento, desde que seu prazo de vencimento seja inferior a 12 meses, e classificada como baixo risco de crédito. A categoria "Títulos para negociação" compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados a qualquer momento, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento.

Tipo	PLANO BD							
	Vctos	2015		Total	2014		Total	
		Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação		Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação		
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado				
Títulos de responsabilidade do Governo Federal (*)								
NTN-B	2015	-	-	-	3.105	-	3.105	
NTN-B	2016	11.401	-	11.401	10.407	-	10.407	
NTN-B	2017	11.300	-	11.300	10.298	-	10.298	
NTN-B	2018	12.229	-	12.229	11.351	-	11.351	
NTN-B	2020	23.024	-	23.024	20.770	-	20.770	
NTN-B	2024	36.576	-	36.576	32.748	-	32.748	
NTN-B	2030	40.511	-	40.511	36.585	-	36.585	
NTN-B	2035	36.999	-	36.999	33.458	-	33.458	
NTN-B	2040	28.379	-	28.379	25.648	-	25.648	
NTN-B	2045	19.355	-	19.355	17.469	-	17.469	
NTN-B	2050	57.606	-	57.606	52.193	-	52.193	
		277.380	-	277.380	254.032	-	254.032	
Aplicações em Instituições Financeiras								
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI		-	10.229	10.229	-	9.113	9.113	
		277.380	10.229	287.609	254.032	9.113	263.145	

As NTN-Bs do Plano BD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 277.380 em 31/12/2015.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria uma redução de R\$ 26.903, totalizando R\$ 250.477 em 31/12/2015

Tipo	PLANO CD										
	Vctos	2015				Total	2014				Total
		Títulos mantidos até o vencimento Amortizado	Mercado	Títulos para negociação Mercado	Mercado		Títulos mantidos até o vencimento Amortizado	Mercado	Títulos para negociação Mercado		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal											
NTN-B	2016	1.140	-	-	1.140	1.041	-	-		1.041	
NTN-B	2017	1.272	-	-	1.272	1.158	-	7.249		8.407	
NTN-B	2018	1.526	-	-	1.526	1.416	-	-		1.416	
NTN-B	2019	1.400	-	-	1.400	1.266	-	7.540		8.806	
NTN-B	2020	-	-	13.538	13.538	-	-	12.745		12.745	
NTN-B	2022	6.872	-	39.827	46.699	6.325	-	-		6.325	
NTN-B	2023	1.124	-	-	1.124	1.017	-	-		1.017	
NTN-B	2024	6.160	-	-	6.160	5.587	-	-		5.587	
NTN-B	2030	13.381	-	-	13.381	12.137	-	-		12.137	
NTN-B	2035	6.247	-	-	6.247	5.672	-	-		5.672	
NTN-B	2040	15.539	-	-	15.539	14.063	-	-		14.063	
NTN-B	2050	7.504	-	-	7.504	6.800	-	-		6.800	
		62.165	-	53.365	115.530	56.482	-	27.534		84.016	
Aplicações em Instituições não Financeiras											
Debêntures CEMIG GT	2015	-	-	-	-	-	3.432	-		3.432	
Debêntures BNDESPAR	2017	-	8.892	-	8.892	-	8.094	-		8.094	
Debêntures Duke Energy	2021	-	11.437	-	11.437	-	10.538	-		10.538	
Debêntures TEPE	2025	-	11.093	-	11.093	-	11.722	-		11.722	
		-	31.422	-	31.422	-	33.786	-		33.786	
Aplicações em Instituições Financeiras											
DPGEs	2015	-	-	-	-	-	19.504	-		19.504	
DPGEs	2016	-	19.812	-	19.812	-	35.709	-		35.709	
DPGEs	2017	-	16.781	-	16.781	-	14.143	-		14.143	
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	-	-	-	567.966	567.966	-	-	457.140		457.140	
		-	36.593	567.966	604.559	-	69.356	457.140		526.496	
		62.165	68.015	621.331	751.511	56.482	103.142	484.674		644.298	

As NTN-Bs do Plano CD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 62.165 em 31/12/2015.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria uma redução de R\$ 10.484, totalizando R\$ 51.681 em 31/12/2015

Tipo	PLANO PGA	
	2015	2014
	Títulos para negociação Mercado	Títulos para negociação Mercado
Aplicações em Instituições Financeiras		
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	4.162	3.338



O valor de mercado dos títulos de responsabilidade do Governo Federal mantidos até o vencimento foi apurado com base em dados de negociação divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANBIMA.

A classificação na categoria de "Títulos mantidos até o vencimento" está consubstanciada na capacidade financeira da Entidade de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis.

10.3.2. Títulos por Gestor

Os "Títulos mantidos até o vencimento" e os "Títulos para negociação" estão sob a administração dos seguintes gestores:

Gestor - CONSOLIDADO	2015	2014
Votorantim Asset Management (2)	520.331	375.117
Brasil Plural Gestão de Recursos (1)	14.847	12.951
Vinci Partners (1)	11.242	11.283
Itaú DTVM (2)	8.573	10.975
BRZ Investimentos (1)	6.416	5.638
Sul América Investimentos (2)	4.830	7.544
Tarpon Investimentos (2)	4.281	5.051
Itaú Unibanco (2)	4.162	3.338
Rio Bravo (1)	2.262	8.620
Ibiuna Investimentos (1)	2.123	-
Fator Administração de Recursos Ltda. (2)	1.587	3.518
BNY Mellon Arx Investimentos (1)	945	4.630
Quest Investimentos (4)	474	2.442
Bradesco Asset Management (1)	186	2.650
BRL Trust (3)	98	191
Quest Investimentos (1)	-	13.543
Franklin Templeton Investimentos (1)	-	2.100
	582.357	469.591
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGEs, Debêntures (2)	460.925	441.190
	1.043.282	910.781
Custodiantes:		
(1) Banco Bradesco S/A		
(2) Banco Itaú Unibanco		
(3) Banco Citibank S/A		
(4) Banco BTG Pactual		

Gestor - PLANO BD	2015	2014
Itaú DTVM (1)	8.573	6.719
Tarpon Investimentos (1)	1.223	1.443
Fator Administração de Recursos Ltda. (1)	400	887
BRL Trust (2)	33	64
	10.229	9.113
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs (1)	277.380	254.032
	287.609	263.145
Custodiantes:		
(1) Banco Itaú Unibanco		
(2) Banco Citibank S/A		

Gestor - PLANO CD	2015	2014
Votorantim Asset Management (2)	520.331	375.117
Brasil Plural Gestão de Recursos (1)	14.847	12.951
Vinci Partners (1)	11.242	11.283
BRZ Investimentos (1)	6.416	5.638
Sul América Investimentos (2)	4.830	7.544
Tarpon Investimentos (2)	3.058	3.608
Rio Bravo (1)	2.262	8.620
Ibiuna Investimentos (1)	2.123	-
Fator Administração de Recursos Ltda. (2)	1.187	2.631
BNY Mellon Arx Investimentos (1)	945	4.630
Quest Investimentos (1)	-	13.543
Bradesco Asset Management (1)	186	2.650
BRL Trust (3)	65	127
Quest Investimentos (4)	474	2.442
Franklin Templeton Investimentos (1)	-	2.100
Itaú DTVM (2)	-	4.256
	567.966	457.140
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGEs, Debêntures (2)	183.545	187.158
	751.511	644.298
Custodiantes:		
(1) Banco Bradesco S/A		
(2) Banco Itaú Unibanco		
(3) Banco Citibank S/A		
(4) Banco BTG Pactual		

Gestor - PGA	2015	2014
Itaú Unibanco (1)	4.162	3.338
	4.162	3.338
Custodiantes:		
(1) Banco Itaú Unibanco		

10.3.3. Limites de Investimentos

A Entidade está enquadrada nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a qual disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

10.3.4. Ajuste de Precificação

A Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19 novembro de 2014, estabeleceu as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Dispõe sobre o ajuste de precificação dos títulos públicos federais. Ressalta-se que os ajustes de precificação não são objeto de registro contábil.

10.3.4.1. Plano BD

O valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2015, demonstrados no quadro abaixo apresenta resultado positivo de R\$ 11.256.

NTN-B's calculadas à taxa de juros da avaliação atuarial

Título	Vencimento	Quantidade	31/12/2015
NTN-B	15.08.2016	4.000	11.355
NTN-B	15.05.2017	4.000	11.222
NTN-B	15.08.2018	4.000	11.425
NTN-B	15.08.2020	8.235	23.644
NTN-B	15.08.2024	14.557	42.182
NTN-B	15.08.2030	14.756	43.197
NTN-B	15.05.2035	13.558	39.372
NTN-B	15.08.2040	10.370	30.680
NTN-B	15.05.2045	8.418	24.650
NTN-B	15.08.2050	17.100	50.909
		98.994	288.636

NTN-B's ao custo amortizado

Título	Vencimento	Quantidade	31/12/2015
NTN-B	15.08.2016	4.000	11.401
NTN-B	15.05.2017	4.000	11.300
NTN-B	15.08.2018	4.000	12.229
NTN-B	15.08.2020	8.235	23.024
NTN-B	15.08.2024	14.557	36.576
NTN-B	15.08.2030	14.756	40.511
NTN-B	15.05.2035	13.558	36.999
NTN-B	15.08.2040	10.370	28.379
NTN-B	15.05.2045	8.418	19.355
NTN-B	15.08.2050	17.100	57.606
		98.994	277.380

Ajuste de precificação

31/12/2015
(46)
(78)
(804)
620
5.606
2.686
2.373
2.301
5.295
(6.697)
11.256

10.3.4.2. Plano Contribuição Definida (modalidade BSPS)

Considerando a mesma metodologia mencionada no item anterior, a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2015, demonstrados no quadro abaixo apresenta resultado positivo de R\$ 1.565.

NTN-B's calculadas à taxa de juros da avaliação atuarial

Título	Vencimento	Quantidade	31/12/2015
NTN-B	15.08.2016	400	1.140
NTN-B	15.05.2017	450	1.273
NTN-B	15.08.2018	500	1.450
NTN-B	15.05.2019	500	1.439
NTN-B	15.08.2022	2.100	6.273
NTN-B	15.05.2023	400	1.185
NTN-B	15.08.2024	2.100	6.352
NTN-B	15.08.2030	4.450	13.873
NTN-B	15.05.2035	1.950	6.110
NTN-B	15.08.2040	5.400	17.402
NTN-B	15.08.2050	2.200	7.233
		20.450	63.730

NTN-B's ao custo amortizado

Título	Vencimento	Quantidade	31/12/2015
NTN-B	15.08.2016	400	1.140
NTN-B	15.05.2017	450	1.272
NTN-B	15.08.2018	500	1.526
NTN-B	15.05.2019	500	1.400
NTN-B	15.08.2022	2.100	6.872
NTN-B	15.05.2023	400	1.124
NTN-B	15.08.2024	2.100	6.160
NTN-B	15.08.2030	4.450	13.381
NTN-B	15.05.2035	1.950	6.247
NTN-B	15.08.2040	5.400	15.539
NTN-B	15.08.2050	2.200	7.504
		20.450	62.165

Ajuste de precificação

31/12/2015
-
1
(76)
39
(599)
61
192
492
(137)
1.863
(271)
1.565

11 EXIGÍVEL OPERACIONAL

11.1. Gestão Previdencial

Registra os valores a pagar assumidos nos Planos de Benefícios e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2015			2014		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Retenções de Tributos	296	493	789	280	301	581
Outras Obrigações	8	-	8	-	-	-
	304	493	797	280	301	581

5.2. Gestão Administrativa

Registra os valores a pagar assumidos no PGA da Entidade, inclusive as provisões de férias e 13º salário dos empregados e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2015			2014		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Provisões Férias	163	-	163	118	-	118
Obrigações Trabalhistas	432	-	432	372	-	372
Encargos/Tributos a Recolher	140	23	163	108	22	130
Contribuições para Custeio	215	47	262	215	47	262
Prestadores de Serviços	203	17	220	197	21	218
	1.153	87	1.240	1.010	90	1.100

12 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

12.1. Gestão Previdencial

Os processos judiciais interpostos por participantes assistidos possuem valor estimado de R\$ 36.562, dos quais R\$ 1.325 (R\$ 1.665 em 2014) encontram-se provisionados devido à indicação da consultoria jurídica quanto a sua provável realização, conforme discriminado a seguir:

Risco	2015	2014	Situação
Provável	1.325	1.665	Provisionado
Possível	339	971	Não Provisionado
Remoto	34.898	2.299	Não Provisionado
	36.562	4.935	

No quadro abaixo, são demonstrados os principais riscos por natureza:

Risco	2015			2014		
	Trabalhista	Previdencial	Total	Trabalhista	Previdencial	Total
Provável	1.123	202	1.325	1.525	140	1.665
Possível	-	339	339	-	971	971
Remoto	31.208	3.690	34.898	1.008	1.291	2.299
	32.331	4.231	36.562	2.533	2.402	4.935

Ressalta-se que, muito embora alguns desses processos tenham sido interpostos contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS (“Fundação ELOS”), ex-administradora do plano BD, a responsabilidade legal é da PREVIG, haja vista a transferência dos ativos e passivos dos participantes reclamantes de uma entidade para a outra.

A patrocinadora Tractebel declarou, em carta formal, que irá assumir os custos e despesas de responsabilidade da patrocinadora das ações decorrentes de reclamações de natureza trabalhista, havendo sentença favorável à parte contrária, incluindo o impacto nas Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios decorrente de eventual revisão do valor de aposentadoria paga aos Participantes. Por esse motivo a PREVIG registrou no seu ativo realizável, o compromisso assumido com a patrocinadora Tractebel, no valor de R\$ 1.063 relativos aos reembolsos dos processos judiciais mencionados.

12.2. Gestão Administrativa

Como consequência de uma ação trabalhista promovida contra a PREVIG, à Entidade registrou em dezembro de 2015, no plano de gestão administrativa – PGA, o valor contingencial de R\$ 60. O processo foi movido por ex-colaborador, cujo objeto refere-se à indenização por doença de trabalho e dano moral, e se encontra em fase de julgamento.

12.3. Investimentos

Estão provisionados os valores relativos ao contencioso judicial que busca desonerar a PREVIG do pagamento da CPMF na transferência de recursos financeiros da Fundação ELOS correspondente ao patrimônio dos participantes do Plano BD transferidos para a PREVIG e sua consequente reaplicação no mercado financeiro, ocorrida no ano de 2003. Em 31/12/2015, o saldo é de R\$ 1.567 (R\$ 1.490 em 2014).

A PREVIG interpôs Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, para os quais aguardam julgamento.

13 PATRIMÔNIO SOCIAL

13.1. Patrimônio Social

Formado pelo patrimônio de cobertura dos Planos Previdenciais e pelos Fundos Previdenciais, Administrativos e dos Investimentos.

13.2. Hipóteses Atuariais

A empresa MIRADOR ATUARIAL apresentou estudos de adequação das hipóteses (premissas) adotadas pelo Plano, realizados em conformidade com a Instrução PREVIG nº 07, de 12 de dezembro de 2013, quando da realização de estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, através dos Relatórios MIRADOR 0103/16 e 0104/16 (hipóteses econômicas e financeiras) e MIRADOR 0886/15 e 0887/15 (hipóteses biométricas e demográficas).

As premissas adotadas pelo plano foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVIG, em sua 73ª Reunião Ordinária, realizada em 29/10/2015, na qual a Mirador apresentou os resultados dos estudos de adequação das hipóteses e dos impactos da adoção das premissas sugeridas, conforme legislação aplicável ao encerramento do exercício de 2015.

O Conselho Deliberativo da PREVIG aprovou a manutenção da Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (masculina - Male)" nesta reavaliação atuarial de 31/12/2015, estando à entidade adequada ao disposto na Resolução MPS/CNCP nº 09 de 29 de novembro de 2012, quanto à adoção de Tábua Biométrica de Mortalidade Geral.

Plano de Benefício Definido - BD

Premissas Econômicas/Financeiras	2015	2014
Taxa Real de Juros	5,67% a.a.	5,60% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	100%	100%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Plano de Custeio Vigente	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida da Patrocinadora) e Aposentados. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade da Patrocinadora.	Contribuição Normal de Ativos (com contrapartida da Patrocinadora) e Aposentados. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade da Patrocinadora.
Taxa de Carregamento	0%	0%
Taxa de Administração	0%	0%
Taxa de Crescimento Real Salarial	0,56% a.a.	N/A
Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão)	Nula	Nula

Quanto às hipóteses econômicas e financeiras, o Conselho Deliberativo aprovou, a adoção para o Plano BD da taxa real de juros de 5,67% ao ano, por estar dentro do corredor estabelecido pelos limites inferior e superior, de acordo com a Resolução MPS/CNCP nº 15 de 19 de novembro de 2014, que altera a Resolução MPS/CGPC nº 18 de 28 de março de 2006 e Portarias PREVIG nº 615 de 24 de novembro de 2014 e nº 91 de 20 de fevereiro de 2015. A referida taxa foi calculada levando-se em consideração o fluxo do passivo atuarial, e utilizando-se a planilha da PREVIG para o cálculo da duration do passivo - Portaria nº 91/2015, resultando em um limite inferior de 3,69% e limite superior de 5,67% ao ano.



Premissas Biométricas	2015	2014
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male	Tábua AT-2000 Male
Entrada em Invalidez	Tábua Light Média	Tábua Light Média
Mortalidade de Inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male
Demográficas		
Rotatividade (Turnover)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	O plano não permite novos ingressos	O plano não permite novos ingressos
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva	Benefícios a conceder: experiência regional Benefícios Concedidos: família efetiva

(*) Família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 05 anos mais velho do que a mulher e 85% do grupo casado.

Plano de Contribuição Definida – CD (modalidade BSPTS)

Premissas Econômicas/Financeiras	2015	2014
Taxa Real de Juros	5% a.a.	5,50% a.a.
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	N/A	N/A
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Plano de Custeio Vigente	Apenas aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.	Apenas aposentados pagam contribuição normal. Custeio administrativo do Plano é integralmente de responsabilidade do Patrocinador.
Taxa de Carregamento	0%	0%
Taxa de Administração	0%	0%
Taxa de Crescimento Real Salarial	N/A	N/A
Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão)	Nula	Nula

Quanto as hipóteses econômicas e financeiras, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo a adoção para o Plano CD, parcela BSPTS, da taxa real de juros de 5,00% ao ano, por estar dentro do corredor estabelecido pelos limites inferior e superior, de acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 15/2014, que altera a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e Portarias PREVIG nº 615/2014 e 91/2015. A referida taxa foi calculada levando-se em consideração o fluxo do passivo atuarial, e utilizando-se a planilha da PREVIG para o cálculo da duration do passivo - Portaria nº 91/2015, resultando em um limite inferior de 3,71% e limite superior de 5,70 % ao ano.

Premissas Biométricas	2015	2014
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Male	Tábua AT-2000 Male
Entrada em Invalidez	Tábua Light: Média	Tábua Light: Média
Mortalidade de Inválidos	AT-83 Male (IAM)	AT-83 Male
Demográficas		
Rotatividade (Turnover)	N/A	N/A
Entrada de novas gerações	Nula	Nula
Estrutura Familiar	Benefícios a conceder: família média (*) Benefícios Concedidos: família efetiva	Benefícios a conceder: experiência regional Benefícios Concedidos: família efetiva

(*) Família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 04 anos mais velho do que a mulher e 85% do grupo casado.

7.2.1. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são constituídas sob as bases atuariais apuradas pela empresa MIRADOR ATUARIAL, responsável pelos Planos de Benefícios BD e CD, administrados pela Entidade, as quais foram documentadas através do Relatório da Avaliação Actuarial Planos BD e CD nº 0127/2016, e seus anexos, emitido em fevereiro de 2016, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

De acordo com o relatório, o patrimônio de cobertura do plano, constituído através das provisões matemáticas é composto da seguinte forma:

	2015			2014		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Benefícios Concedidos						
Saldo de Contas	-	176.478	176.478	-	138.614	138.614
Valor Atual de Benefícios Futuros	306.101	35.980	342.081	282.481	31.278	313.759
	306.101	212.458	518.559	282.481	169.892	452.373
Benefícios a Conceder						
Saldo de Contas	-	522.256	522.256	-	459.367	459.367
Valor Atual de Benefícios Futuros	13.333	25.850	39.183	11.782	22.532	34.314
Valor Atual de Contribuições Futuras	(363)	-	(363)	(532)	-	(532)
	12.970	548.106	561.076	11.250	481.899	493.149
	319.071	760.564	1.079.635	293.731	651.791	945.522

13.2.2. Benefícios Concedidos

13.2.2.1. Saldo de Contas

O Saldo de Contas no valor de R\$ 176.478, refere-se ao Saldo de Contas Total dos participantes e dependentes em gozo de renda mensal de aposentadoria ou pensão por morte do Plano CD (exceto BSPS).

13.2.2.2. Valor Atual dos Benefícios Futuros

O Valor Atual dos Benefícios Futuros, no valor de R\$ 342.081, correspondem aos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD.

13.2.3. Benefícios a Conceder

13.2.3.1. Saldo de Contas

O valor de R\$ 522.256, refere-se ao Saldo de Conta Total dos participantes que ainda não estão em gozo de renda mensal de aposentadoria do Plano CD (exceto BSPS).

O valor de R\$ 39.183 corresponde aos valores dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual, que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada, do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD;

13.2.3.2. Valor Atual das Contribuições Futuras

7.2.3.2. O valor de R\$ (363) corresponde ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a ser coberto pela patrocinadora Tractebel e pelos integrantes da geração atual do Plano BD, que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada.

14 RESULTADOS REALIZADOS

14.1. Plano de Benefícios Definidos - BD

O Resultado da Avaliação Atuarial demonstrou que o Plano BD apresenta, em 31/12/2015, um déficit técnico acumulado de R\$ 8.384 (déficit e R\$ 7.822 em 2014), equivalentes a 2,63% (2,66% em 2014) das provisões matemáticas do Plano BD no valor de R\$ 319.071 (R\$ 293.731 em 2014).

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela PREVIG em R\$ 11.256, o resultado técnico ajustado do plano resulta em um superávit de R\$ 2.872, equivalente a 0,90% das provisões matemáticas do plano.

Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano de Benefícios BD, encontra-se tecnicamente equilibrado.

Patrimônio de Cobertura	310.687	310.687
Provisões Matemáticas	319.071	319.071
(+) Passivo Atuarial	319.071	8.384
(=) (Déficit) Acumulado	(8.384)	8.384
(+) Ajuste Precificação	11.256	11.256
(=) Superávit Acumulado (Ajustado)	2.872	2.872

14.1.1. Análise da Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2015, foi de 16,92% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 17,08%, o que em termos reais, representou obter 5,36% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,60% ao ano estabelecida para 2015, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

14.2. Plano de Contribuição Definida – CD (modalidade BPS)

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano CD (parte BPS) apresenta, em 31/12/2015, um superávit técnico acumulado de R\$ 6.941, equivalente a 11,23% das provisões matemáticas do plano na modalidade de benefício definido.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela PREVIG em R\$ 1.565, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 8.506, equivalente a 13,76% das provisões matemáticas do Plano na modalidade de benefício definido.

Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano CD (parte BPS) encontra-se tecnicamente equilibrado.

Patrimônio de Cobertura	68.771
Provisões Matemáticas	61.830
(+) Passivo Atuarial	61.830
(=) Superávit Acumulado	6.941
(+) Ajuste Precificação	1.565
(=) Superávit Acumulado (Ajustado)	8.506



14.2.1 Análise da Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano (parte BSPTS), ao longo de 2015, foi de 16% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 17,7%, o que em termos reais, representou obter 4,54% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,50% ao ano estabelecida para 2015, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

A taxa real de juros, utilizada como taxa de desconto na avaliação dos passivos atuariais do Plano CD (parte BSPTS), foi reduzida no exercício de 2015 de 5,5% a.a. para 5%a.a.

Essa redução resultou em um aumento do passivo atuarial de R\$ 3.241, representando um aumento de 5,53% nas provisões matemáticas do plano.

14.3. Plano de Contribuição Definida – CD (exceto BSPTS)

A parcela do Ativo Líquido deste Plano comprometida com as contas individuais de participantes obteve, durante os exercícios de 2015 e 2014, os percentuais de rentabilidade nominal líquida, por perfil, da seguinte ordem:

Plano CD - CNPB - 2004002492				
Tipo Perfil	Qtde de Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidades (%)	
			2015	2014
Perfil RF	1.372	444.692	14,13	13,07
Perfil MIX I	415	147.028	12,87	10,76
Perfil MIX II	276	65.478	10,05	8,61
Perfil MIX III	309	41.537	7,29	6,54
Total Geral	2.372	698.735	12,78	10,50

15 FUNDOS

15.1. Gestão Previdencial

O Fundo da Gestão Previdencial é constituído pela aplicação de multa por eventual atraso de pagamento de contribuições, de acordo com o inciso III do Art. 54, e pelas sobras de contribuições previstas no Art. 59 do Regulamento do Plano CD acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

15.2. Gestão Administrativa

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

15.3. Investimentos

O Fundo dos Investimentos, denominado Fundo para Cobertura de Empréstimos, é constituído para cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de falecimento ou inadimplência dos mesmos.

A evolução dos referidos fundos foi a seguinte:

	Previdencial	Administrativo	Investimentos	Total
Saldo em 31/12/2014	1.139	3.464	1.207	5.810
Constituição	390	591	221	1.202
Saldo em 31/12/2015	1.529	4.055	1.428	7.012

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente e Seguridade
CPF 162.751.879-72

Ezequias Candido de Paula
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 819.417.737-53

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/0-9
CPF 775.852.249-15





